BRASIL AÇUCAREIRO

Ministério da Indústria e do Comércio

Instituto do Acúcar e do Álcool

LXXIII — MARÇO DE 1969 — Nº 3

Ministério da Indústria e do Comércio

Instituto do Açúcar e do Álcool

CRIADO PELO DECRETO Nº 22-789, DE 1º DE JUNHO DE 1933

Sede: PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

RIO DE JANEIRO — Caixa Postal 420 — Endereço Telegráfico: "Comdecar"

CONSELHO DELIBERATIVO

Delegado do Ministério da Indústria e do Comércio — Francisco Elias da Rosa Oiticica — Presidente
Delegado do Ministério do Interior — José de Queiroz Campos
Delegado do Ministério da Fazenda — Fernando Egidio de Souza Murgel
Delegado do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral — Amaure Rafael de Araújo Fraga
Delegado do Ministério dos Transportes — Juarez Marques Pimentel
Delegado do Ministério do Trabalho e Previdência Social — Boaventura Ribeiro da Cunha
Delegado do Banco do Brasil — Francisco Ribeiro da Silva
Delegado do Ministério da Agricultura — Oswaldo Ferreira Jampeiro
Delegado do Ministério das Relações Exteriores — Carlos Augusto de Proença Rosa
Delegado da Confederação Nacional da Agricultura — José Pessoa da Silva
Representantes dos Usineiros — Arrigo Domingos Falcone; Mário Pinto de Campos
Representante dos Fornecedores — João Soares Palmeira; Francisco de Assis Almeida Pereira
Suplentes: Hamlet José Taylor de Lima; Carlos Viaccava; Carlos Madeira Serrano; Adérito Guedes Cruz; Paulo de Medeiros; Aderbal Loureiro da Silva; Christovam Lysandro de Albernaz; Cândido Ribeiro Toledo; Augusto Queiroga Maciel; José Maria Teixeira Ferraz; Mauricio Bittencourt da Gama; Oto Agripino Maia.

TELEFONES

Presidência

Presidente 31-2741
Chefe de Gabinete
Jarbas Gomes de Barros 31-2583
Assessoria de Imprensa 31-2689
Assessor Econômico 31-3055
Portaria da Presidência 31-2852

Conselho Deliberativo

Secretária
Marina de Abreu e Lima 31-2653

Divisão Administrativa

Francisco Franklin da Fonseca Passos

Gabinete do Diretor 31-2679
Secretaria. 31-1702
Serviço de Comunicações 31-2543
Serviço de Documentação 31-2469
Biblioteca 31-2696
Serviço de Mecanização..... 31-2571
Serviço Multigráfico 31-2842
Serviço do Material 31-2657
Serviço do Pessoal 31-2542
(Chamada Médica) 31-3058
Seção de Assistência Social 31-2696
Portaria Geral 31 2733
Restaurante 31-3080
Zeladoria 31-3080

Armazém de Açúcar .... } Av. Brasil 34-0919
Garagem .... }
Arquivo Geral .. }

Divisão de Arrecadação e Fiscalização

Elson Braga

Gabinete do Diretor 31-2775
Serviço de Fiscalização 31-3084
Serviço de Arrecadação 31-3084
Insp. Regional GB 31-1772

Divisão de Assistência à Produção

Júlio de Miranda Bastos

Gabinete do Diretor 31-3091
Serviço Social e Financeiro.. 31-2758
Serviço Técnico Agronômico.. 31-2769
Serviço Técnico Industrial... 31-3041
Setor de Engenharia 31-3098

Divisão de Contrôle e Finanças

Normando de Moraes Cerqueira

Gabinete do Diretor .... { 31-3690 / 31-3046
Subcontador 31 3051
Serviço de Aplicação Financeira 31-2737
Serviço de Contabilidade ... 31-2577
Tesouraria 31 2733
Serviço de Contrôle Geral .. 31-2527

Divisão de Estudo e Planejamento

Antônio Rodrigues da Costa e Silva

Gabinete do Diretor 31-2582
Serviço de Estudos Econômicos 31-3720
Serviço de Estatística e Cadastro 31-0503

Divisão Jurídica

Hélio Cavalcanti Pina

Gabinete Procurador Geral.. { 31-3097 / 31-2732
Subprocurador 31-3223
Seção Administrativa 31-3223
Serviço Forense 31.3223

Divisão de Exportação

Francisco Watson

Gabinete do Diretor 31-3370
Serviço de Operações e Contrôle 31-2839
Serviço de Contrôle de Armazéns e Embarques 31-2839

Serviço do Álcool (SEAAI)

Joaquim de Menezes Leal

Superintendente 31-3082
Seção Administrativa 31-2656

Escritório do I.A.A. em Brasília:

Edifício JK
Conjunto 701 701 2-3761

BRASIL AÇUCAREIRO

Orgão Oficial do Instituto do Açúcar e do Alcool

(Registrado sob o nº 7.626 em 17-10-34, no 3º Ofício do Registro de Títulos e Documentos).

DIVISÃO ADMINISTRATIVA
Diretor
Francisco Franklin da Fonseca Passos

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

Rua do Ouvidor, 50 — 9º andar
Fone 31-2469 - Caixa Postal 420

ASSINATURA ANUAL

Brasil	NCr$	12,00
Exterior	US$	5,00
Via aérea	US$	6,00
Nº avulso	NCr$	2,00

Diretor
Claribalte Passos

Editor
Sylvio Pelico Filho

Circulação
Nicio de Lima Barbosa

Agente de Publicidade
Durval de Azevedo Silva

Expediente
Darcyra de Azevedo Lima

Revisão
Neline Rodrigues Mochel
José Silveira Machado

COLABORADORES: *Wilson Carneiro, Nelson Coutinho, J. Motta Maia, Omer Mont'Alegre, Paulo de Oliveira Lima, Oswaldo Gonçalves de Lima, Frederico Veiga, Dalmyro Almeida, Gilberto Freyre, Mauro Mota, Franz O. Brieger, Elmo Barros, Bento Dantas, Hervai de Souza, M. Coutinho dos Santos, Nertan Macêdo, Georges Rousselet, Bernard Enders, Tobias Pinheiro, Théo Brandão, Fernando da Cruz Gouvêa, Lycurgo P. Velloso, Octácio Valsechi*

As remessas de cheques, devem ser feitas à ordem de BRASIL AÇUCAREIRO e contra banco na cidade do Rio de Janeiro — Guanabara.

Pede-se permuta.
On démande l'échange.
We ask for exchange.
Pidese permuta.
Si richiede lo scambio
Man bittet um Austausch.
Intershangho deziratа.

Sumário

MARÇO DE 1969

CAPA: LUÍS JARDIM

INEQUÍVOCOS SERVIÇOS

NO ensejo da passagem do 2.º aniversário do Govêrno do Exmo. Sr. Marechal Arthur da Costa e Silva, cabe o dever de ressaltar os inequívocos serviços prestados ao país e às instituições por S. Excia.

São evidentes os propósitos que obedecem a orientação patriótica do Govêrno interessado em manter o prestígio da autoridade e a defesa do regime, procurando conter os impulsos da subversão e as arremetidas da corrupção.

Será injusto acoimar o Govêrno de intuitos demagógicos quanto ao seu dever de restaurar a ordem pública, ameaçada pelos elementos perturbadores.

Estão claros, à vista de todos os resultados da ação do Govêrno acelerando o desenvolvimento do país, em todos os ramos da atividade econômica e social.

Os que trabalham nesta Casa, sob a orientação disciplinadora do ilustre homem público que exerce o Ministério da Indústria e do Comércio, General Edmundo de Macedo Soares, sentem-se satisfeitos na sua situação de brasileiros, em contribuir para a realização das metas do Govêrno.

Cabe, igualmente, salientar a contribuição que presta ao Govêrno da Revolução o Dr. Francisco Elias da Rosa Oiticica, Presidente dêste Instituto, escrupuloso, modesto e orientado por alto espírito de justiça, desde o início de sua vida pública.

O BRASIL AÇUCAREIRO obediente às suas iniciativas tem a satisfação de pôr em relêvo a contribuição dêste órgão autárquico para realização do pensamento do Govêrno do Presidente Costa e Silva com a publicação dêste número especial destinado a salientar o mérito da administração iniciada em 15 de março de 1967.

MENSAGEM DO PRESIDENTE COSTA E SILVA

"Sistema de Govêrno que se revele incapaz de atender a cada um de tais aspectos do processo geral de desenvolvimento do país, por mais harmoniosas que sejam suas linhas exteriores, não será democrático em substância, pois, mais cedo ou mais tarde, perderá a estima e a confiança do povo, expondo-o como prêsa dócil à conquista ou ao fascínio dos regimes liberticidas, defraudadores do precioso patrimônio espiritual acumulado nos quatro séculos de nossa formação."

PRESIDENTE ARTHUR DA COSTA E SILVA
(Discurso de 15 de março de 1969 à Nação)

Através de uma cadeia de emissoras de rádio e televisão, o Presidente Costa e Silva dirigiu a seguinte mensagem à Nação, dia 15 de março, ao ensejo do segundo aniversário do seu Govêrno e quinto da Revolução de 1964. Eis na íntegra o teor da fala presidencial:

"Meus concidadãos.

Profundas transformações operaram-se no país, desde que vos dirigi pela última vez a palavra, neste mesmo dia, 15 de março, para dar conta do que havia sido feito no curso do primeiro ano de meu Govêrno.

Algumas resultaram do incessante e intenso trabalho a que se dedicaram todos os setores do Poder Executivo e de cujos resultados pretendo oferecer-vos aqui um sucinto balanço. Foram impostas, outras, pela própria dinâmica do processo revolucionário, que em si mesmo significa vontade permanente de mudanças. Decorrem outras tantas, afinal, do imprevisto agravamento das condições em que vínhamos tentando conduzir a desfecho feliz a crise institucional, que acabou comprometendo de forma irremediável a jovem estrutura constitucional legada pelo primeiro Govêrno revolucionário.

Creio, entretanto, que a ninguém terá escapado a circunstância irrecusável de que nenhuma dessas transformações chegou a alterar substancialmente o comportamento da Presidência da República e das Fôrças Armadas, em relação ao compromisso democrático assumido espontâneamente pelos que lideram e implantaram em sua fase militar, a Revolução de 1964.

Compreendo e aceito que para certas áreas da opinião, interna e externa, a mais relevante de tôdas consistiu no conjunto de restrições for-

mais e transitórias a que ficaram submetidas, a partir de 13 de dezembro, as regras constitucionais de funcionamento dos Podêres. Mas espero confiante que cada um dos brasileiros, por seu turno, reconheça que a edição do Ato Institucional n.º 5, na mesma medida em que fazia a Revolução de 31 de março refluir à sua posição inicial de fôrça, para melhor preservá-la, resguardou claramente a limpidez de intenção de suas origens, para mais seguramente levá-la a seu objetivo político primordial: a consolidação do sistema democrático, através da fixação de formas novas, capazes de compatibilizá-lo com os reclamos de nosso tempo e com as exigências imperiosas do processo social, econômico, moral e cultural do nosso povo.

COMPROMISSO DEMOCRÁTICO

Sistema de Govêrno que se revele incapaz de atender a cada um de tais aspectos do processo geral de desenvolvimento do país, por mais harmoniosas que sejam suas linhas exteriores, não será democrático em substância, pois, mais cedo ou mais tarde, perderá a estima e a confiança do povo, expondo-o como prêsa dócil à conquista ou ao fascínio dos regimes liberticidas, defraudadores do precioso patrimônio espiritual acumulado nos quatro séculos de nossa formação.

Assim como da figura do Demônio já se disse que "sua maior artimanha é fazer crer que não existe", extremamente fácil, no panorama do mundo dos nossos dias, é a observação de que a mais traiçoeira manobra dos sistemas totalitários consiste em se fazerem parecer democráticos, para mais eficientemente destruírem a democracia.

Entre 15 de março de 1967, quando se inaugurou a fase constitucional do movimento revolucionário, e 13 de dezembro do ano findo, quando tivemos que apelar novamente para as potencialidades da Revolução, experimentamos com sinceridade e até com fervor os instrumentos de que nos havia munido o primeiro Govêrno da Revolução, convencidos de que nos bastariam para abrir eficazmente a estrada real que há de levar-nos à meta democrática.

Valeram-se dêsse fervor e sinceridade todos os tipos de inimigos da democracia, até os que entre si costumavam andar em conflito, cujas vozes se harmonizaram no côro formado para apresentá-los inversamente, como defensores da Liberdade, e a nós, que de fato a defendíamos, como tiranos e usurpadores do Poder. Durante cêrca de dois anos ouvimos pacientemente, às nossas costas, enquanto buscávamos o futuro com o nosso trabalho de cada dia, a atoarda a um tempo sinistra e maliciosa.

Sob a cobertura estrondosa da pregação parlamentar, diante de cujo ímpeto audacioso começou a sentir-se inibido o Partido fundado para defender os princípios da Revolução e os atos do Govêrno, passaram a organizar-se em todo o País os grupos que deveriam desencadear, na prática e para todos os efeitos, a contra-Revolução. No Senado, na Câmara Federal e nas Assembléias Legislativas; na imprensa e nas faixas condutoras das passeatas organizadas nos grandes centros urbanos, já não se fazia segrêdo das intenções imediatas do movimento revanchista. Derrubar "a Ditadura", que não existia, e "substituir o regime" eram palavras de ordem que circulavam cèleremente, ganhando adeptos entre carreiristas, aventureiros, corrup-

tos e subversivos de profissão, que hàbilmente compensavam a falta de apoio popular pela estridência da propaganda e a ousadia da ação.

Eis aí, meus caros compatriotas, em suas grandes linhas definidoras, um quadro que deve ainda estar muito vivo na memória de todos, dentro do qual, apesar das dificuldades imagináveis, criadas por essa atmosfera artificialmente envenenada, conseguimos manter o ritmo de execução do nosso programa administrativo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados obtidos ao final do ano mostram o acêrto das medidas postas em prática, para acelerar o desenvolvimento do país.

Reajustamento no campo da política fiscal, monetária, creditícia e de comércio internacional permitiram a verificação da maior taxa de crescimento econômico dos últimos sete anos, estimada em 6.5% do produto interno bruto. Em 1963 essa taxa foi de apenas 1.6% .

Além do mais elevado índice de emprêgo e desenvolvimento industrial, com efeitos animadores obtidos no combate gradual à inflação, registrou-se o mais elevado nível nas exportações, jamais alcançado no país: cêrca de 1 890 000 000 de dólares.

Os índices do aumento geral do custo de vida continuaram a revelar tendência para diminuições expressivas em quase tôdas as capitais. Na Guanabara, registrou-se a taxa de .. 24%, inferior em 0,5% à registrada no ano anterior.

Marchamos firmemente para alcançar no fim de nosso mandato a meta dos 12 000 000 de kW na potência instalada de energia elétrica, ou seja, o triplo do potencial encontrado pela Revolução em 1964. Durante o ano de 1968, contribuimos para isso com um aumento de 8,7% sôbre o ano anterior, atingindo a marca notável de 8 741 000 kW.

No setor dos transportes, batemos um recorde absoluto, com a pavimentação de 2 300 quilômetros de estradas no ano de 1968. Vencemos a batalha dos fretes: tôdas as conferências foram solucionadas segundo o critério da reciprocidade. Construímos 1 750 quilômetros de rodovias e .. 5 500 metros de pontes e viadutos. Concluímos a ligação efetiva de Brasília com os sistemas ferroviários do Sul e do Centro-Sul.

Nosso plano de habitação popular compreende a edificação de quase 1 milhão de residências.

Até esta data, foram financiadas 425 000 unidades. Encontram-se construídas 200 000 casas. Caminhamos para a construção de 1 000 por dia, quando é sabido que, nos 15 anos anteriores à Revolução construiu-se uma média de 1 000 por ano.

Assinalamos ainda o efeito multiplicador de tal programa, responsável pela criação de 300 000 empregos em 1968.

Concluímos a reforma universitária, que êste ano começa a ser ativamente implantada. Pela primeira vez em nossa história, foi emprestada ao problema educacional importância correspondente ao volume e à natureza das necessidades do desenvolvimento global do Brasil. Ampliamos a ação supletiva da União, no tocante ao ensino primário. Estabelecemos a indispensável conexão entre os ensinos de nível médio e superior. E planejamos a expansão das matrículas nas Universidades, ao mesmo tempo que prosseguimos na execução de progra-

mas de formação e aperfeiçoamento de professôres. A Revolução encontrou em 1964 apenas 110 mil jovens matriculados nas escolas de nível superior do país; e cinco anos depois o número dos universitários sobe a 283 mil.

Paralelamente, atacamos os problemas gerais de saúde pública e saneamento, começando a definir e aplicar, pela primeira vez, uma política nacional destinada a eliminar progressivamente o privilégio do atendimento médico segundo as classes sociais.

Nestes cinco anos de Revolução, dobramos a produção de petróleo bruto e também a tonelagem da frota nacional de petroleiros. Em 1968, a Petrobrás produziu 9 425 000 metros cúbicos de petróleo contra 8 508 000 metros cúbicos em 1967.

Avançamos na integração da Amazônia e no desenvolvimento do Nordeste, de onde estão deixando de emigrar as famílias formadoras de favelas nos grandes centros urbanos do Sul, porque a região nordestina está promovendo a instalação, em média, de uma fábrica por dia e, assim, criando o seu próprio mercado de trabalho.

Aumentamos em 13,6% a produção de cimento, em relação ao que se produziu em 1967.

Elevamos a exportação de café, que foi de 733 000 000 de dólares no ano anterior e alcançou o volume de 801 000 000 de dólares em 1968.

No plano internacional, sem prejuízo da boa convivência com tôdas as nações amigas, defendemos firmemente os interêsses brasileiros, deixando, inclusive, de assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear, por considerá-lo discriminatório e prejudicial ao nosso desenvolvimento.

Procuramos, no plano social, adotar medidas específicas de proteção às classes menos favorecidas, corrigindo, por exemplo, algumas falhas da política salarial e disciplinando os efeitos dos débitos, com sanções para as emprêsas que atrasem, sem justa causa, o pagamento de salários aos empregados.

Consolidamos a unificação da previdência social e completamos a integração do seguro de acidentes. Mas nesse setor o resultado principal do nosso trabalho foi criar condições a um clima de entendimento entre empregados e empregadores, que se situou, acima de qualquer dúvida, entre os fatôres de crescimento da produção industrial.

No domínio das comunicações, em que rigorosamente nada de nôvo se fizera antes, o ano de 1968 foi de suma importância para o Brasil. A relevância do trabalho silencioso do Govêrno, nesta espera vital para o desenvolvimento, foi percebida há pouco por todos os brasileiros que estão acompanhando esta exposição, quando de repente começamos a receber imagens diretas da Europa e dos Estados Unidos, ingressando na nova era da comunicação por satélite.

Além de desempenhar o alto papel de guardiães da segurança dos brasileiros, nossas Fôrças Armadas empenharam-se a fundo em programas de apoio específico ao processo de desenvolvimento nacional, desde a Educação até a abertura de estradas de valor estratégico."

ESFÔRÇO FISCAL

Quanto aos esforços que fizemos e continuaremos a fazer para aumentar a arrecadação tributária e evitar a sonegação, quero deixar bastante claro que nosso objetivo não é policial. De-

sejamos levar os contribuintes, de um modo geral, a compreender a função social do impôsto, cujo pagamento é necessário para a promoção do desenvolvimento sem pressões inflacionárias. E com os recursos provenientes da arrecadação dos impostos que o Govêrno financia o ensino, constrói estradas e instala usinas elétricas; executa o seu Plano de Saúde e Saneamento; e assiste o setor privado através dos organismos oficiais de crédito.

Reafirmo, no entanto, que o crime fiscal se extingue com o pagamento dos impostos e multas correspondentes, sem outras sanções. Deverei assinar brevemente um decreto-lei, permitindo que se corrijam as declarações de bens e que se faça a cobrança parcelada dos impostos respectivos.

Desejo, também, reafirmar a plena validade do sigilo bancário e da declaração de bens, com as exceções previstas em lei e que visam a acautelar os interêsses dos próprios contribuintes.

Meus concidadãos:

Já é tempo de dar por encerrado êste balanço, que deve ser, por natureza e destinação genérico, sucinto e incompleto.

Foi para defender igualmente um programa administrativo dêsse porte, que tivemos de lançar mão da severidade revolucionária, editando o Ato Institucional n.º 5.

Com êle entramos o nôvo ano de Govêrno dispostos a completar as reformas da Revolução, modernizando o Poder Judiciário, dinamizando o Executivo e compatibilizando o Poder Legislativo com a altíssima missão que lhe reserva o povo brasileiro, em sua ânsia de desenvolvimento e em sua preferência indiscutível pelas formas de convivência democrática.

Confiemos no Brasil e em seu futuro, que Deus nos há-de assegurar definitivamente livre das ameaças que ainda neste fim de 1968 nos obrigaram a recorrer aos extremos da autoridade para conjurá-las, em defesa da liberdade, da paz e da prosperidade dos brasileiros."

PRESIDENTE
ARTHUR DA COSTA E SILVA

O Presidente Arthur da Costa e Silva nasceu na cidade de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul, a 3 de outubro de 1902. Depois de cursar o primário em sua cidade natal, matriculou-se, aos dez anos de idade, no recém fundado Colégio Militar de Pôrto Alegre. Revelou-se, desde o comêço, aluno distinto tendo concluído o curso do Colégio Militar como comandante-aluno, distinção que correspondia ao melhor aluno do estabelecimento.

Em 1918 ingressou na Escola Militar do Realengo, onde realizou curso dos mais destacados, sendo declarado Aspirante a Oficial da arma de Infantaria em 1921. Como oficial subalterno participou do movimento revolucionário de 1922, juntamente com um grupo de jovens idealistas, civis e militares, que veriam consagrados os seus princípios no movimento de 31 de março de 1964. No decorrer de sua carreira militar o Presidente Arthur da Costa e Silva obteve tôdas as promoções por merecimento, atingindo o generalato em 1952 e sendo promovido a marechal, em 1966, por ocasião da passagem para a reserva.

Além dos cursos de Infantaria, da Escola Militar; Aperfeiçoamento de Oficiais, Mecanização e Comando e Estado-Maior, o Presidente Costa e Silva concluiu, nos Estados Unidos, o Curso Avançado da Escola de Material Blindado de Fort Knox, revelando-se em todos êsses estudos aluno aplicado, detentor das mais destacadas classificações. No desempenho das inúmeras missões recebidas teve a oportunidade de conhecer, pràticamente, tôdas as regiões do Brasil. Evidenciou notórias qualidades de chefia no comando do 9.º Regimento de Infantaria; da Escola de Motomecanização; da Divisão Blindada e de outras unidades da maior importância, dentre as quais cabe destacar o IV Exército, no Nordeste, e II Exército, em São Paulo.

Após exercer a chefia do Departamento do Pessoal, foi nomeado diretor do Departamento de Produção e Obras. Nesse pôsto começou a se articular com antigos companheiros, também idealistas de anteriores movimentos regeneradores, com êles somando esforços para definir um programa de salvação nacional. É assim que o 31 de março o encontrou na direção virtual das operações militares, que, pela magnitude assumida, tornaram impossível qual-

quer esbôço de reação. Membro do Comando Revolucionário ascendeu ao Ministério da Guerra com o consenso geral.

Indicado candidato à presidência da República pela Aliança Renovadora Nacional, partido que reuniu as fôrças políticas que apoiaram a Revolução democrática, foi eleito a 3 de outubro de 1966. Inaugurando um nôvo estilo de preparação para governar o então candidato Marechal Arthur da Costa e Silva verificou as necessidades e reivindicações regionais e, em seminários de estudo, examinou as diversas soluções propostas para o respectivo equacionamento.

Antes de tomar posse, a 15 de março de 1967, empreendeu longa viagem que o levou a numerosos países de três continentes e em todos êles, além de estabelecer contatos com os Govêrnos locais, teve a preocupação constante de despertar o interêsse dos círculos empresariais para o Brasil, num esfôrço, bem sucedido, de atrair investimentos que ajudassem a acelerar o desenvolvimento econômico brasileiro.

No exercício do Govêrno o Presidente Arthur da Costa e Silva, mantendo zelosamente os postulados básicos da Revolução, tem sabido aliviar as restrições que se fizeram necessárias, sempre que produzidos os efeitos salutares previstos. Graças a êsse equilíbrio logrou imprimir ao Brasil uma nova e sadia filosofia desenvolvimentista, baseada em dados rigorosamente técnicos, sem lugar para a demagogia ou a promoção pessoal. Do muito que tem sido feito em sua administração o futuro será o melhor juiz.

O Presidente Arthur da Costa e Silva é casado com d. Iolanda Barbosa da Costa e Silva, que conheceu quando cursava a Escola Militar do Realengo, havendo do matrimônio um único filho, Álcio, também oficial do Exército.

MENSAGEM DE CONFIANÇA

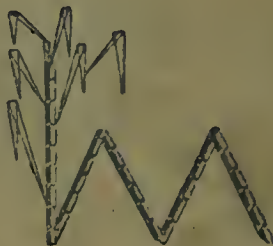
O ensejo do transcurso do segundo aniversário do Govêrno Costa e Silva, é de destacar-se o estímulo que tem proporcionado aos setores da administração pública vinculada aos assuntos da indústria e do comércio.

Tôdas as atividades relacionadas com o desenvolvimento industrial e comercial do país têm merecido do Excelentíssimo Senhor Presidente da República o mais decidido apôio, o que constitui inestimável fator de estímulo à iniciativa privada.

Dentre os setores que se situam na área de ação específica do Ministério da Indústria e do Comércio, merece especial referência a atenção que o Govêrno Federal tem dispensado aos problemas da economia açucareira. Não só os pertinentes à indústria, como os que afetam diretamente a agricultura da cana de açúcar têm sentido a ação contínua e eficiente do Govêrno em assegurar à secular atividade canavieira um estágio de progresso e estabilidade. Por outro lado, a situação dos operários das fábricas e dos campos, dos que mourejam nas usinas de açúcar ou nos canaviais, tem motivado, de parte do Govêrno, medidas de alto alcance social, adotadas no sentido de proporcionar-lhes melhores condições de vida.

Tais providências bem refletem a preocupação de um Govêrno sensível ao desenvolvimento econômico-social do país e ao bem-estar do seu povo.

É pois, com justificada satisfação, que me sirvo das páginas do BRASIL AÇUCAREIRO para transmitir aos brasileiros que se vinculam a êsse setor de atividades esta mensagem de confiança nos destinos da economia agro-canavieira.

EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA
Ministro da Indústria e do Comércio

DOIS ANOS DE GOVÊRNO

O presente número de BRASIL AÇUCAREIRO é dedicado ao segundo aniversário de govêrno do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, na oportunidade em que se completa o quinto aniversário da Revolução de Março de 1964. Presta, assim, o Instituto do Açúcar e do Álcool sua homenagem ao Chefe do Govêrno e ao movimento de Março de 1964.

A Revolução de 31 de março de 1964 consolidou, no processo político brasileiro, os ideais de renovação refletidos nos movimentos revolucionários que a antecederam.

No exame dos fatos sócio-políticos que a determinaram, convém destacar a identidade existente entre o Povo e as Fôrças Armadas, o que desde logo distingue a Revolução de 31 de março dos movimentos anteriores, alimentados apenas pela chama do idealismo revolucionário, sem penetração na consciência da nação, que permanecia indiferente ao lento processo de transformação política, já então iniciado, e sem resposta, portanto, às suas dúvidas e à sua inquietação.

Coube. assim, à Revolução de março, a responsabilidade e o mérito. de haver outorgado ao país, a segurança e as condições de continuidade administrativa que tornaram possível modificações na estrutura política, através de reforma da Constituição e das leis de organização administrativa, das leis tributárias e das instituições de crédito, do sistema universitário e educacional e do programa habitacional.

A implantação dessas normas de conduta político-social, com reflexos na organização jurídica do país, sòmente tem sido possível graças à continuidade administrativa e à unidade de comando.

Após o primeiro período da Revolução (1964-1967) instalou-se, em março de 1967, o Govêrno do Marechal Costa e Silva, a quem já coubera, inicialmente, a responsabilidade de integrar a Junta Revolucionária, e ao qual a Revolução fêz seu legítimo candidato, transformando-o no segundo Presidente Constitucional da nova fase da vida republicana brasileira. Sua atuação à frente dos destinos da República, tem sido a garantia da implantação dos postulados revolucionários e da fiel execução dos princípios de renovação dos processos políticos, assegurando ao país, após esta fase de modificações e de reformas estruturais, as condições indispensáveis ao seu pleno desenvolvimento de nação forte e próspera.

Francisco Elias da Rosa Oiticica
Presidente

AS FÔRÇAS ARMADAS E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA DE 1964

O General Aurélio de Lira Tavares, Ministro do Exército, pronunciou dia 31 de março, em nome das Fôrças Armadas, o seguinte discurso de saudação ao Presidente da República, pela passagem do 5.º aniversário da Revolução:

"Constitui, para todos nós militares do mar, de terra e do ar, uma grande honra e um acontecimento muito grato a presença de Vossa Excelência nosso Chefe Supremo, no dia em que comemoramos o 5.º aniversário da Revolução, nesta Casa das Fôrças Armadas, que se destina à confraternização da Família Militar.

É neste convívio de camaradagem, necessário e salutar, Senhor Presidente, que se estende às nossas Famílias o estreito congraçamento em que vivemos nas atividades da vida profissional.

Aqui se fortalece, também, a identidade de ideais em que se alicerça a nossa unidade espiritual, fruto de devotamento de todos nós à mesma relevante destinação constitucional de defender a grande Pátria comum.

E não é apenas com as nossas armas, sempre unidas e vigilantes, que a defendemos, na sua soberania intangível, assegurando a construção dos seus destinos; dentro da liberdade e da ordem, elementos essenciais para que ela possa cumprir a sua vocação democrática, superando os problemas crônicos e as vulnerabilidades internas, que vêm de muito longe e são agora exploradas e agravadas pelos adversários da democracia para enfraquecê-la, e destruí-la.

Porque também lutamos por ela, em muitas frentes, na grande batalha do desenvolvimento, em que, sob as diretrizes do seu Govêrno, se engajam, determinada e sèriamente, tôdas as fôrças vivas da Nação, no gigantesco e vigoroso programa traçado e dirigido por Vossa Excelência, para que o Brasil deixe, afinal, de ser apenas o país do futuro."

CAMINHO

"Nenhum cidadão responsável tem mais o direito de ignorar que é êsse o único e verdadeiro caminho para engrandecê-lo no concêrto das nações e para prescrever e fortalecer o regime democrático, em cuja defesa, sobretudo nas horas críticas, êle sempre contou com a fidelidade e o patriotismo das Fôrças Armadas, instituição que

emana da grande massa do povo e vive dentro dela, em inteira consonância com os seus mais autênticos anseios.

O maior de todos êsses anseios é o da liberdade, da ordem e da tranqüilidade para viver e produzir em paz, com a segurança que é devida à coletividade nacional contra os que queiram perturbar-lhe as atividades realizadoras, o livre trânsito e as garantias que lhe deve dar a autoridade legal contra os grupos que se organizam para agitar, subverter, perturbar a vida e o trabalho do povo, atentar contra a propriedade e até roubar e matar, dizendo-se defensores da liberdade.

Porque é essa uma das maneiras de agir dos inimigos da democracia brasileira, que se socorrem também de processos novos e novos tipos de ameaças, obrigando-a a munir-se de armas legais e de organização adequada que, em vez de facilitar a impunidade e encorajar os atentados contra a sobrevivência das Instituições Nacionais, dêem-lhe os recursos necessários e suficientes para combatê-los, em face da realidade já muito evidente e muito grave para ser disfarçada ou ignorada pelos que temos o dever de preservar os destinos livres da Nação".

DEMOCRACIA

"Vossa Excelência, Senhor Presidente, de formação eminentemente humana e democrática, de coração e de espírito tão tolerante que chegou a ser malentendido na serenidade e no equilíbrio das suas grandes atitudes, embora haja os que o queiram paradoxalmente apresentar com a falsa imagem de ditador, tem dado tudo de si, com a grandeza da sua humildade e da sua isenção de espírito, para conduzir, em hora tão difícil, a restauração de democracia e os grandes destinos da Nação brasileira.

A indiscutível e confortadora verdade é que ela está trabalhando e progredindo, em paz e livremente, aos olhos e no consenso geral de todos os cidadãos".

Ninguém mais do que Vossa Excelência pode ter a consciência do quanto está o Brasil realizando e de quanto lhe é o povo agradecido, pelo calor e pelo carinho das manifestações com que êle o aclama, com espontaneidade e com entusiasmo, em tôdas as suas longas peregrinações pelo imenso território da Pátria.

Ela já não é mais, graças ao esfôrço empreendido para a sua integração, que ampliou e interligou as nossas rêdes de transportes e agora abrange a Nação com moderno sistema de telecomunicações, aquêle antigo arquipélago de grandes e chocantes contrastes, com muitas áreas abandonadas, em que só crescia a desesperança e só medrava o ceticismo."

FORTALECIMENTO

"O patriótico empenho de Vossa Excelência para nivelar e unir as regiões antes mais desassistidas e os centros do progresso do País, visando ao fortalecimento do mesmo grande Brasil que já se vê repontar, levou-o a transferir, de período em período, o próprio Govêrno para equacionar e resolver, no contato direto com as diversas áreas geo-econômicas do território nacional, os seus problemas peculiares, auscultando e sentindo, ao vivo, os anseios e reclamos dos governos e do povo.

E nós temos testemunhado o que isso representa em canseiras e desprendimento pessoal, admirando as reservas inesgotáveis de energia que Vossa

Excelência encontra na própria consciência do dever e das pesadas responsabilidades que o destino colocou sôbre os seus ombros.

Por tôdas essas grandes razões, Senhor Presidente, entendem as Fôrças Armadas do Brasil, na mais estreita unidade de espírito e de sentimentos, que nenhuma comemoração seria para elas mais expressivas, para festejarem juntas o 5.º Aniversário da Revolução, cujos ideais e postulados Vossa Excelência tem defendido, como seu líder e Chefe Supremo, do que a de render-lhe, neste grande dia, a homenagem da nossa solidariedade.

Esta é a palavra de saudação e de confiança, que eu tenho a honra de dirigir a Vossa Excelência, Senhor Presidente, em nome da Marinha, da Aeronáutica e do Exército, por delegação com que me distinguiram os ilustres chefes das outras Fôrças Armadas irmãs".

(Do noticiário da Agência Nacional)

O PENSAMENTO DO EXÉRCITO

O General Aurélio de Lira Tavares, Ministro do Exército, baixou a 31 de março último, a Ordem-do-Dia que a seguir transcrevemos, na sua íntegra, onde difunde o pensamento do Exército à passagem do quinto aniversário da Revolução de 1964:

"Meus camaradas

É com redobrada confiança que eu vos dirijo a minha mensagem de congratulações, na data em que o Brasil festeja, inaugurando grandes empreendimentos estruturais e fortalecido na sua economia, no seu crédito e no seu prestígio, o quinto aniversário da Revolução de Março.

Já agora, diante do recrudescimento das violências e dos atos públicos de selvageria e terrorismo, conduzidos ou apoiados pelos que se diziam, antes, defensores da democracia contra a ditadura, pôde a Nação ganhar consciência das sérias ameaças que pesavam, e pesam, sôbre as suas liberdades e o seu direito de viver e de trabalhar em paz.

Os que antes encobriam e negavam a marcha de suversão ao mesmo tempo em que a tramavam ou protegiam, desmascaram-se, agora, pelas prisões de líderes e apreensão de farto armamento e outros materiais em depósitos clandestinos".

CONIVÊNCIA

Graças aos podêres de que dispõe, agora, o Chefe da Nação, foi também possível comprovar a conivência dos autores dos atentados à ordem pública, das depredações e desacato à autoridade, com os que, dizendo-se defensores das liberdades democráticas, cobriam de ofensas o Exército, procurando incitar contra êle a parte do povo desprevenida ou mal informada.

Êles tentaram minar a disciplina e a coesão das Fôrças Armadas por serem elas, precisamente, os sustentáculos naturais e maiores das Instituições democráticas e da tranqüilidade pública.

Muitos dos que o fizeram, como agora está comprovado, não vacilaram em pôr o exercício da função pública e o dinheiro do povo a serviço da traição e da corrupção do regime.

Houve, também, os que se esconderam ou fugiram, sob o pêso da própria culpa, quando o Chefe do Govêrno, depois do sereno exame da situação nacional, convocado e ouvido os Chefes das Três Fôrças Armadas e o Conselho de Segurança Nacional, proclamou e justificou perante a Nação o imperativo da decisão heróica e extrema que resolveu adotar no dia 13 de dezembro.

ADVERSÁRIOS

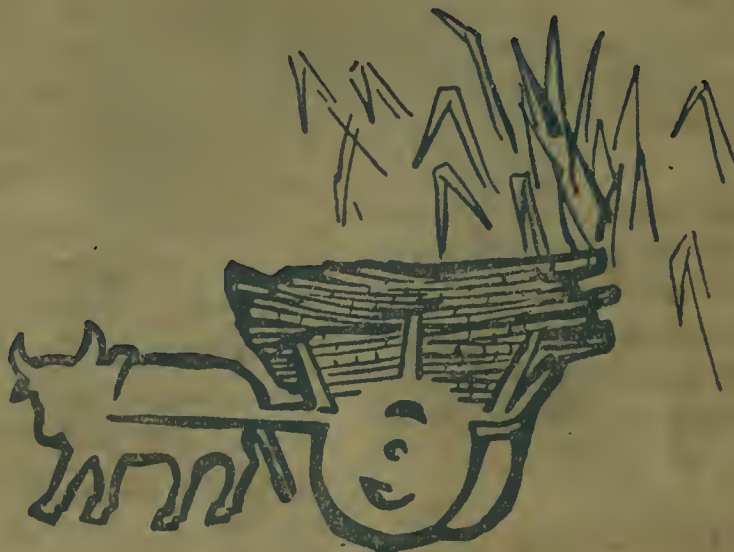
Não era possível, de outra forma, como ficou claro aos olhos da Nação, e consta do preâmbulo do Ato Presidencial, preservar os ideais e a continuidade da Revolução, pois se uniram aos seus adversários naturais, os que traíram em momento decisivo, o dever e os compromissos de defendê-la, de modo a deixar a democracia brasileira à mercê dos que lutavam, e continuam lutando até de armas na mão, para subvertê-la e destruí-la.

O Exército, que unìssonamente se rejubilou, como as Fôrças Armadas irmãs, com o Ato Institucional n.º 5, festeja, por isso, mais confiante e mais cheio de responsabilidade, o 5.º Aniversário da Revolução.

Cumpre-lhe ter bem presente ao espírito os fundamentos daquele Ato, na palavra do Presidente da República e Comandante Supremo das Fôrças Armadas.

O Govêrno da República, responsável pela execução dos objetivos da Revolução e pela ordem e segurança internas, não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional n.º 2 afirmou, categòricamente, que — não se disse que a Revolução foi, mas que é e continuará — e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido.

"Eis, aí, meus prezados camaradas, a razão de ser da atitude de espírito e do sentimento em que se inspira o Exército, para festejar o dia de hoje, com a sua confiança redobrada, porém vigilante, disciplinado, coeso, em permanente e estreita ligação com a Marinha e Aeronáutica, dentro das diretrizes de seu Comandante Supremo, o Senhor Presidente da República".

(Do noticiário da Agência Nacional)

A VOZ DA MARINHA

Ao ensejo da data comemorativa do 5.º aniversário da Revolução de 31 de Março de 1964, na última segunda-feira, dia 31, o Ministro da Marinha, Almirante Augusto Rademaker, baixou a Ordem do Dia, que a seguir transcrevemos:

"Decorridos cinco anos da Revolução de 1964, cumpre-nos evocar o episódio histórico de 31 de março que fêz renascer em nossos corações o acendrado espírito de civismo do povo brasileiro.

Temos ainda, bem presente na memória, os momentos culminantes da crise que, sorrateiramente, minava os alicerces de nossas Instituições. A Nação tinha sua imagem deformada perante seus filhos, devido à orientação solerte e apátrida de uma minoria de maus brasileiros que, para a satisfação de seus baixos e mesquinhos interêsses, não hesitavam em tentar afogá-la no caos econômico, na corrupção e na anarquia.

Exaltar aquêle patriótico movimento que pôs fim à inquietante angústia que invadia os nossos lares, eliminando a baderna, o desrespeito à autoridade constituída, as greves sem razão e tantos outros graves males que afligiam o País, é festejar a nova imagem do Brasil grande cujo povo bom, honesto, trabalhador e cristão, pôde reencontrar seus ideais de liberdade e justiça.

O Govêrno Revolucionário, em seu árduo trabalho, tem procurado cada vez mais, a total retomada da democracia e a consolidação da ordem política, financeira, econômica e moral, necessária ao desenvolvimento nacional. Entretanto, o espírito brasileiro de tolerância e boa vontade deu a impressão aos oportunistas, corruptos e subversivos, de existirem possibilidades de retôrno à desordem. Êstes, porém, totalmente enganados, viram confirmada a irreversibilidade do processo revolucionário, pelas decisões de dezembro último e constatarão, sempre, a firme decisão do Govêrno de propiciar ao País a tranqüilidade para progredir, e ao homem brasileiro, a paz para trabalhar.

Encaremos o promissor futuro de nossa Pátria. A Marinha continuará seus esforços de modo a torná-lo mais presente, formando homens capazes, cultivando o espírito democrático, garantindo a ordem, assegurando as Instituições e trabalhando, dentro dos propósitos de segurança e desenvolvimento que norteiam o Govêrno, na certeza de que está e estará possibilitando, assim, que a Nação possa ser grandiosa como desejamos.

Orgulho-me, portanto, de transmitir à Marinha do Brasil esta mensagem de enaltecimento e reverência à data que hoje comemoramos, marco cívico da história da grande Nação brasileira".

(Do noticiário da Agência Nacional)

A PALAVRA DA AERONÁUTICA

O Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Márcio de Sousa e Melo, fêz distribuir a seguinte Ordem-do-Dia, baixada dia 31 de março, ao ensejo do quinto aniversário da Revolução de 1964:

"Nesta data histórica em que a Revolução Democrática comemora seu 5.º aniversário, rejubilamo-nos com a sua continuidade irreversível e com sua ação saneadora, cujos inúmeros efeitos benéficos não mais poderão ser negados, porquanto já pertencem ao patrimônio de nossa querida Pátria.

Quando assistimos maravilhados, pela televisão, via satélite artificial, às manobras da Apolo-9; quando assistimos à entrada em serviço de novos geradores que alçam o Brasil, entre os principais produtores de energia elétrica; quando assistimos ao desenvolvimento da política revolucionária de habitação popular; quando aplaudimos a esplêndida vitória da política revolucionária de fretes marítimos, que deu ensejo à fabulosa economia de divisas; quando aplaudimos a política revolucionária de desenvolvimento do Nordeste, que criou um sem-número de empregos; quando aplaudimos a política revolucionária de educação, com os resultados já atingidos; enfim, quando assistimos ao desenvolvimento revolucionário brasileiro, orgulhamo-nos de haver contribuído, juntamente com a Marinha e o Exército, para a política revolucionária de segurança, condicionante básica de progresso já alcançado.

Essas vitórias, entretanto, não vem iludir nossos espíritos, pois há muito ainda a conquistar."

DISPOSIÇÃO

"No setor do Ministério da Aeronáutica, também, em que pese ao já alcançado, há muito o que fazer, até porque o sentimento revolucionário de que estamos imbuídos impõe uma disposição espiritual consentânea com o desejo permanente de progresso.

Para isso cada um de nós deverá estar convencido da importância de nossas atribuições, sejamos mecânicos, enfermeiros, intendentes, médicos, infantes ou aviadores.

Todos somos sentinelas da Revolução e do progresso.

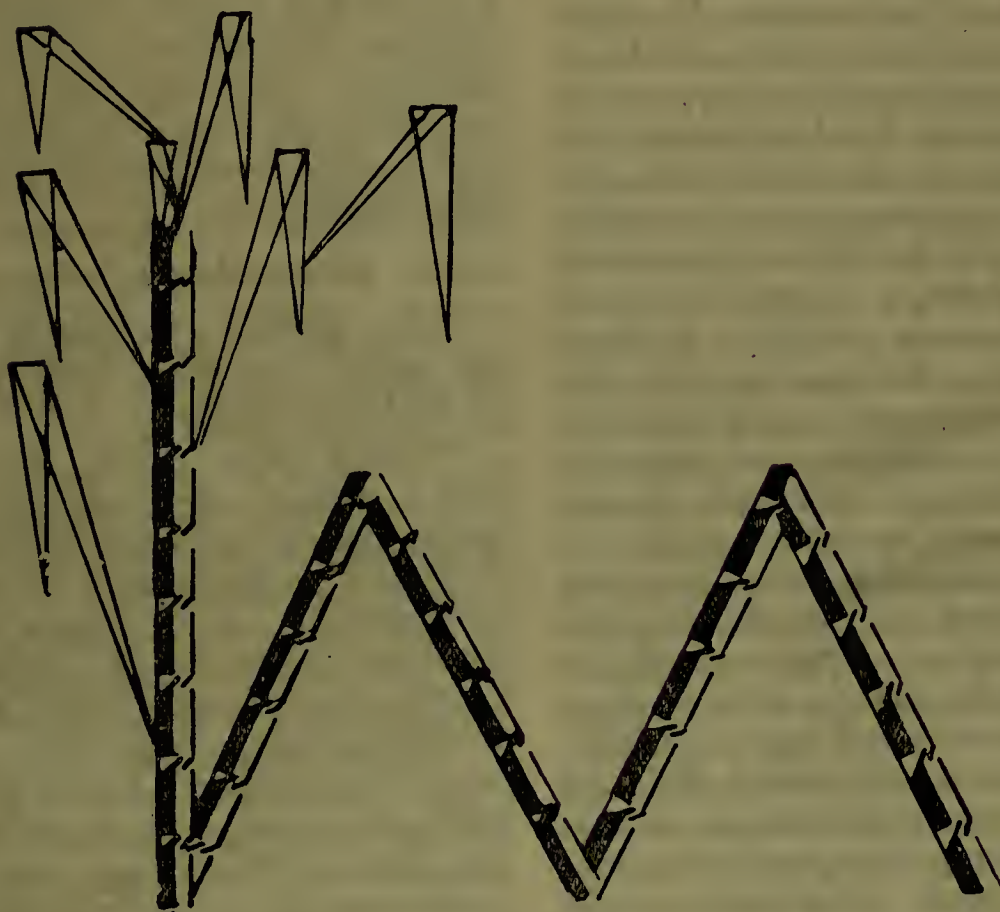
Sòmente assim, poderemos ajudar o desenvolvimento nacional e diminuir as frustrações que ainda nos restringem a Fôrça Aeroestratégica, a Fôrça Aérea de Defesa Aérea, a Fôrça Aerotática e outros integrantes da Fôrça Aérea compatíveis com as responsabilidades do Estado Brasileiro.

Somos todos sentinelas da Revolução e do Progresso.

Sòmente assim, unidos, poderemos demonstrar nosso poder àqueles

que, porventura, ainda pensam no Brasil em têrmos de fraude e de traição.

Somos todos sentinelas da Revolução e do progresso, para, sob o Govêrno do insigne Presidente Marechal Arthur da Costa e Silva, incrementar e manter o regime democrático, o progresso social e a felicidade do povo brasileiro."

(Do noticiário da Agência Nacional)

MINISTRO DA JUSTIÇA FALA SÔBRE A REFORMA POLÍTICA

En entrevista concedida, em Curitiba, a 24 de março dêste ano, o Ministro da Justiça, Professor Gama e Silva, fêz as seguintes declarações:

"Já tivemos oportunidade, quando na noite de 13 de dezembro de 1964, em nome do Senhor Presidente da República, falamos à Nação, apresentando o texto do Ato Institucional número 5, de dar uma síntese dos motivos que o determinaram. As razões fundamentais do AI-5 nós encontramos nas razões da própria Revolução de 31 de março de 1964. O Brasil atravessava então uma situação, em suas atividades políticas, econômicas, financeiras e sociais e a sua estrutura jurídica, de suma gravidade. Impunham-se, assim, medidas radicais e corajosas, para restabelecer uma nova ordem jurídica, uma nova ordem econômica, política, moral e social. Os atos praticados pelo próprio Govêrno Revolucionário e que foram consubstanciados na Constituição de 1967, ou não foram compreendidos por muitos ou foram combatidos por outros, mas não satisfizeram plenamente os objetivos e os propósitos da Revolução de 31 de março. Por êsse motivo, num gesto de verdadeiro heroísmo, mas de responsabilidades para com a Nação, para com o bem-estar e para com o progesso do País, é que o Govêrno do Marechal Costa e Silva se viu na contingência de retomar o processo revolucionário para que o Revolução de 1964 não se frustrasse. E posso garantir que tudo quanto tem sido feito depois de 13 de dezembro de 1968 tem sido feito com êsse objetivo: cumprir os propósitos e os ideais da Revolução, a fim de que, através de instrumentos jurídicos adequados e permanentes, possamos asseugurar ao povo paz, tranqüilidade, bem-estar e felicidade, e ao Brasil o desenvolvimento que nós todos desejamos.

Reformulação Política

Mais adiante, referindo-se à reforma política em curso, disse o titular da Pasta da Justiça:

"Como todos sabem, de acôrdo com o sistema administrativo atualmente vigente no País, é o Ministério da Justiça o encarregado do setor político interno. Aliás, é uma tradição em nosso Direito e nossa organização jurídico-republicana. Como Ministro da Justiça, não poderia deixar de examinar êste problema. Embora nos primeiros instantes nossas atenções tivessem sido convocadas para atos de saneamento político e de saneamento moral da Nação brasileira, estamos, os meus e eu particularmente, nos dedicando já há algum tempo aos estudos da reformulação política do País. Mesmo porque o próprio Senhor Presidente da República teve oportunidade, por duas vêzes, após 13 de dezembro de 1968, de salientar de maneira clara e inequívoca, que uma das ra-

zões que levou Sua Excelência a retomar o processo revolucionário foi, não direi bem a falência, mas as falhas do setor político. Êsse setor político se há de refletir em primeiro lugar em algumas modificações substanciais na Constituição de 1967, modificações estas que em parte já vêm sendo realizadas através de Atos Institucionais e de Atos Complementares. Outras, de natureza essencial, deverão ser feitas pelo Govêrno ou pelo menos êsse é o pensamento pessoal do Ministro da Justiça, que pretende levar à apreciação e à decisão do Senhor Presidente da República. Para que possa haver essa reformulação política, e possamos restaurar no Brasil uma autêntica, uma real democracia, com respeito à dignidade da pessoa humana e principalmente aos direitos fundamentais do homem, no exercício pleno da liberdade com responsabilidade, entendemos que três leis fundamentais devem ser revistas e já estamos trabalhando nesse sentido: A Lei Eleitoral, o Estatuto dos Partidos Políticos e a Lei de Inelegibilidade, isto é, uma lei na qual, de acôrdo com o texto Constitucional vigente, que resultou de uma emenda à Constituição de 1946, serão estabelecidos casos de inelebibilidades não previstos na Constituição, com o objetivo de assegurar, acima de tudo, o exercício pleno de uma autêntica democracia. E eu particularmente considero que a nova Lei de Inelegibilidade é um instrumento político-jurídico fundamental para a Revolução de 1964. Nesta matéria o Ministério da Justiça continua a trabalhar em silêncio e em sigilo, razão por que peço escusas em não poder revelar desde logo quais são os pontos de vista que nos estão orientando, que só poderão se tornar públicos se, apresentados ao Senhor Presidente da República, Sua Excelência houver por bem acolhê-los ou substitui-los por outras idéias, porque o Presidente é acima de tudo o Chefe da Nação e o Chefe da Revolução."

Revisão dos Códigos

Prosseguindo, disse o Ministro Gama e Silva:

"O Ministério da Justiça, apesar de ser o Ministério mais antigo da República, porque foi fundado em 1821, e que durante mais de um século reuniu atividades as mais variadas, que hoje se distribuem por inúmeros Ministérios, ainda tem, de acôrdo com o que dispõe a Lei da Reforma Administrativa, atribuições as mais relevantes. A primeira delas está na ordem jurídica, seguindo-se a segurança interna e outras atividades específicas. Em todos os setores o Ministério está empenhado em cumprir com as suas atribuições. No que diz respeito à ordem jurídica, temos já sugerido ao Senhor Presidente da República e inúmeras vêzes visto nossas opiniões aceitas, algumas modificações na estrutura jurídica do Estado, mesmo na composição e atribuição dos podêres, como ocorreu, por exemplo, com as alterações na mais Alta Côrte de Justiça do País. Eis aí a atuação do Ministério da Justiça no campo do Direito Constitucional. De outro lado, inúmeras leis e atos complementares têm sido elaborados dentro do espírito de harmonia e de maior entendimento que há entre todos os Ministérios, visando assuntos específicos do Ministério da Justiça, os quais, em certo ponto, podem interessar também a outros Ministérios. E nesse sentido êsses Ministérios são também ouvidos. Seria uma grande enumeração se quiséssemos citar os atos complementares, os decretos-leis e os regulamentos que têm sido pro-

postos pelo Ministério da Justiça e acolhidos pelo Senhor Presidente da República. De outro lado, há um ponto em que estamos trabalhando em silêncio: é o que diz respeito à revisão do Direito Brasileiro Codificado. Ao assumirmos o Ministério da Justiça, tivemos a oportunidade de dar uma nova orientação ao trabalho específico do Ministério, no que diz respeito àquilo que vulgarmente denominamos a revisão dos códigos. Basta dizer que mudamos substancialmente a orientação, por exemplo, do Código Civil. A orientação que vinha sendo observada era acolhida por alguns Estados modernos, mas que a nosso vêr não correspondia nem à melhor técnica e à melhor doutrina contemporânea na codificação do Direito Privado, e nem seria também, em nosso ponto de vista, a orientação mais acertada para os interêsses do Brasil. Tendo em vista a nossa idéia. resolvemos proceder à revisão do Código Civil, que entrou em vigor em janeiro de 1917 e ainda contém inúmeras normas bastante atuais, mas que necessita de uma revisão para que as regras jurídicas possam bem conduzir os fatos sociais. Seguindo essa orientação, nós não pusemos de lado, em absoluto, os vários projetos em que se repartiram as diferentes secções do Código Civil, e que estiveram entregues a notáveis juristas e professôres. Incumbimos dêsse estudo de revisão de base, com o aproveitamento necessário e indispensável da colaboração dêsses eminentes juristas, o saudoso professor Francisco Campos. Sua Excelência é um nome que não necessita de elogios, como jurista, quer no campo do Direito Público, quer no campo do Direito Privado. Ocorre que mais cedo do que julgávamos, Sua Excelência faleceu. Em face disso, entregamos a incumbência de supervisionar a revisão do atual Código Civil Brasileiro a um ilustre jurista do Brasil, de projeção internacional, o professor Miguel Reale. Quer dizer que Sua Excelência vai convocar os juristas do Brasil para êsse trabalho. Conseqüentemente, os trabalhos já feitos por juristas de renome, que eram partes destacadas da unidade fundamental do Código Civil, serão todos êles aproveitados na parte em que o professor Miguel Reale julgue acertado, porque a responsabilidade é daquele jurista. Com êle já mantive vários entendimentos e a coordenação geral da revisão dos Códigos está entregue ao professor Alfredo Busai Bussadi, atual diretor da Universidade de São Paulo, e autor do projeto de revisão do nosso Código de Direito Judiciário Civil. Posso adiantar à imprensa que o processo de revisão dos nossos Códigos, em número de 14, continuaram intensivamente no Ministério da Justiça e já temos no momento, na Imprensa Nacional, em publicação, dois projetos. Espero, possìvelmente dentro de dois a três meses, levar à apreciação do Senhor Presidente da República um novô Código Penal Brasileiro. Vêem os senhores que o Ministério da Justiça, embora trabalhando em silêncio, faz agora uma revelação que eu considero fundamental, para o Brasil e para os juristas do País. Mais ainda, criamos uma Comissão para a elaboração do Código de Direito do Autor, matéria esta de suma relevância, inclusive para os jornalistas, que vão merecer um tratamento especial nesse Código, porque aquilo que os senhores fazem lhes pertence".

Nos Estados

Referindo-se à situação em alguns Estados, disse o Ministro da Justiça:

"Sou um eramorado do Norte e do Nordeste. Considero-me um tipo autênticamente brasileiro: nasci em São Paulo, sou filho de paraibano e neto de mineiro. Tenho, portanto, em meu sangue um pouco de cada pedaço do território nacional. Quando da visita do Senhor Presidente da República ao Norte e depois ao Nordeste, encantou-me tudo quanto lá observei. E achei que realmente é do nosso dever proporcionarmos à extensa região do País, tanto no Nordeste, cujo desenvolvimento industrial está a todos assombrando, como ao Norte, cujo potencial econômico é de um continente, de uma nação, todo o estímulo possível. Realmente, por êsse motivo e particularmente por ser descendente de nordestino, eu devo no próximo mês fazer uma visita a alguns Estados do Nordeste, devendo dirigir-me ao Estado do Ceará, onde participarei da inauguração de Institutos Penais, assim como também ao Estado da Paraíba, terra de meus avós e de meus pais, onde vou levar ao bêrço de meus antepassados a homenagem filial de admiração, de estima e de gratidão por tudo quanto recebi daqueles que nasceram nêsse pedaço encantador, que é a Paraíba".

Congresso e Cassações

Indagado sôbre a reabertura do Congresso, disse:

"Essa é uma pergunta para a qual já fui solicitado a centenas de vêzes. Os assuntos que são da minha estrita competência, sob os quais me posso manifestar, eu sempre os digo com a maior franqueza e tranqüilidade. No entanto, esta matéria é de competência exclusiva do Sr. Presidente da República. Sómente Sua Excelência é que poderia responder. E eu não faltaria com a minha lealdade para com o Chefe do Govêrno."

A propósito dos processos de cassação de mandatos em curso disse:

"Essa é outra pergunta que ainda hoje, ao partir de São Paulo com destino a Curitiba, me foi feita. Os senhores mésmos podem julgar os fatos. A Revolução de março de 1964 tem um caráter de renovação, de modificação dos nossos costumes jurídicos, de incentivo do nosso desenvolvimento, de reestruturação jurídica, moral, política e social de todo o País. Portanto, onde quer que possamos encontrar pessoas que se possam opor aos ideais da Revolução, a Revolução terá necessidade de chamá-los as contas. Quantos serão, não poderei responder o que posso informar é que o Brasil conta com 85 milhões de habitantes e é possível que ainda existam alguns que devam prestar contas à Revolução."

Segurança

A propósito da recente modificação na Lei de Segurança Nacional, afirmou:

A Lei de Segurança Nacional é um estatuto jurídico penal de grande valor. Ocorre, porém, que a experiência demonstrou em cêrca de dois anos duas falhas fundamentais em alguns tópicos dessa legislação. De um lado, o que poderíamos referir à qualificação de certos delitos, aquilo que os criminalistas chamam de tipicidade dos fatos para que possam sofrer sanções penais. A nossa responsabilidade como Ministro da Justiça e as nossas observações particulares em fatos que ocorreram no território nacional nos levaram ao Presidente da República, na parte que eu chamarei de substancial da Lei de Segurança Nacional, algumas modificações não

só alterando a qualificação de alguns delitos, como caracterizando outros fatos também como delitos contra a segurança Nacional, dentro do conceito fundamental de segurança nacional constante dos artigos um e quatro do Decreto-Lei 314 de 1967 e inspirados no princípio que se encontra na atual Constituição de que tôda a pessoa é responsável pela segurança nacional. No que diz respeito à parte pròpriamente processual, verificamos que de fato também o direito objetivo dos crimes contra a segurança nacional apresentava falhas. E estas falhas nos foram levadas ao conhecimento, principalmente por aquêles encarregados da execução da lei, ou sejam, os juristas e o Ministério Público. Recebemos então sugestões do Procurador-Geral da Justiça Militar, assim como também sugestões de membros da própria Justiça Militar. Nesse sentido, o Ministério da Justiça elaborou um anteprojeto que foi por nós encaminhado ao Procurador-Geral da Justiça Militar e, depois de reexaminado pelo Ministério, subordinamos à apreciação de ilustres membros do Superior Tribunal Militar. Suas excelências, homens de alta idoneidade, de profundo conhecimento dêsses problemas na parte da aplicação da lei adjetiva nos processos de segurança, apresentaram inúmeras sugestões, cujos objetivos não são, como podem pensar alguns, de querer ser mais rigorosos, ou mais maldosos, mas apenas de tornar mais eficiente, mais adequada e mais rápida a aplicação das normas especiais da lei de segurança nacional, êstes foram os objetivos que levaram à alteração daquele diploma legal. Pensamos assim, pelo menos em tese, que as reformas apresentadas à Lei de Segurança Nacional e que foram sancionadas pelo Presidente da República, devem atingir satisfatòriamente a êsses objetivos, visando à defesa da segurança interna, que é parte integrante da segurança nacional.

Instrumento da Revolução

Sôbre o sistema partidário do país, disse o ministro:

"Existem dois partidos no País, mas a atual Constituição em vigor admite o pluripartidarismo. Portanto, nada impede que grupos de pessoas se associem para constituição de um terceiro ou quarto partido, desde que satisfaçam as exigências legais. Eu sou pelo pluri-partidarismo".

Indagado se o IA-5 é suficiente para consolidar o regime, disse o ministro Gama e Silva:

Entendo que o AI-5 dotou o poder Revolucionário dos instrumentos necessários para consolidar definitivamente a Revolução de 1964. Não tenho a mínima dúvida. É evidente que o Ato apenas enuncia normas e princípios de caráter geral. E teremos que descer ao particular, a fim de consolidar definitivamente a Revolução de 1964, que almeja dar ao povo brasileiro uma verdadeira e autêntica democracia".

Concluiu o ministro Gama e Silva, respondendo uma pergunta sôbre a ARENA, que aquêle partido, uma vez reformulado suficientemente, deve transforma-se no instrumento partidário da Revolução de 1964.

(*Do noticiário da Agência Nacional*)

REFORMULAÇÃO DE ESTRUTURAS NO RUMO PARA O AMANHÃ

CLARIBALTE PASSOS

"O desenvolvimento, expresso no aumento da produtividade nacional, é a maneira única de elevar o padrão de vida do povo."

Humberto de Alencar Castello Branco

UAS importantes efemérides são aqui lembradas com admiração e respeito: o 5.º aniversário da Revolução, dia 31 de março de 1964; e, o 2.º ano do Govêrno do Marechal Arthur da Costa e Silva, transcorrido a 15 de março. O observador imparcial dêsses dois períodos revolucionários, na atualidade brasileira, concluirá por saldos inegàvelmente positivos. Tanto o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco — por haver deixado ao seu sucessor, tôda a legislação básica para a efetividade das reformas —, como o atual Presidente da República, operaram mudanças salutares na vida nacional. Energia, Transportes, Saúde, Comunicações, Educação, Habitação, são importantes setores nos quais a dinâmica ação revolucionária fêz-se mostrar atuante e objetiva ao entrar no seu terceiro ano o Govêrno Costa e Silva.

É por demais convincente e significativo êste trecho do discurso do Marechal Arthur da Costa e Silva, no último dia 15 de março, quando da sua fala à Nação: "Entre 15 de março de 1967, quando se inaugurou a fase constitucional do movimento revolucionário, e 13 de dezembro do ano findo, quando tivemos que apelar novamente para as potencialidades da Revolução, experimentamos com sinceridade e até com fervor os instrumentos de que nos havia munido o primeiro Govêrno da Revolução, convencidos de que nos bastariam para abrir eficazmente a estrada real que há de levar-nos à meta democrática."

Por outro lado, constata-se o avanço tecnológico, o valioso saneamento econômico, o progresso industrial, o maior incremento das exportações, uma planificação mais realística e dinâmica no campo da agroindústria canavieira, numa patente demonstração

de confiança no Brasil e no seu promissor amanhã. Tudo vai caminhando no rumo do desejado entrosamento cingindo-se a ação revolucionária ao seu programa reformulador de estruturas.

Os extremos aos quais o Govêrno tem sido impelido a recorrer têm muita razão de ser visando preservar a unidade de propósitos da Revolução e lembrar que a sua marcha é irreversível àqueles ainda defensores de uma falsa liberdade de pensamento e de ação coletiva ou individual. E através da reforma universitária, de quase um milhão de casas construídas, da correção de falhas na política salarial, da construção de sistemas de abastecimento dágua, do acesso efetivo da população à assistência médica, tem demonstrado o Marechal Arthur da Costa e Silva o cumprimento da sua meta principal de Govêrno: o Homem!

A AGRICULTURA BRASILEIRA RECEBE APOIO DO PRESIDENTE COSTA E SILVA E DO MINISTRO MACEDO SOARES

JOSÉ PESSOA DA SILVA

NO transcurso do segundo aniversário do Govêrno Costa e Silva, que vem revitalizando, em tôdas as áreas econômicas, os princípios renovadores da Revolução de março de 1964, é de destacar-se a preocupação do Chefe do Poder Executivo em assegurar à agricultura brasileira condições de estabilidade, compatíveis com os índices gerais de desenvolvimento econômico experimentado, no período post-revolucionário, pelos demais setores que integram a economia brasileira.

Essa orientação se tem feito sentir, a partir de então, quer pelo estímulo à adoção de novas técnicas de exploração agrária, ampliando-se a assistência financeira a êsse importante setor, quer através de verdadeira revolução na infra-estrutura da obsoleta organização agrária do país. A firme atuação do Govêrno, visando, em conjunto, a prosperidade dos que vivem diretamente ou dependem do campo, tem sido posta em prática, procurando harmonizar os interêsses das classes patronais e dos assalariados, em benefício da agricultura nacional, que não tem acompanhado os índices do crescente desenvolvimento industrial do país. É com tal descortino e, sobretudo, em respeito ao princípio da harmonia social, que o Govêrno do Presidente Costa e Silva vem de deflagrar o processo da Reforma Agrária, dando-lhe nôvo conteúdo e reestruturando devidamente os órgãos e sistemas aos quais está afeta a difícil tarefa de sua implantação. A par dessas medidas, muitas outras de alto alcance vêm de ser efetivadas, ainda no setor da agricultura brasileira, como a extensão da assistência médico-social ao homem do campo, o estímulo à associação cooperativista dos trabalhadores etc. etc. No setor específico da economia agro-canavieira, a ação do Govêrno tem se exercido eficientemente, proporcionando a essa atividade assistência real e permanente, o que

tem evitado as crises periódicas, tão comuns nessa área, que representa a mais velha e tradicional de nossas culturas. Destaque-se, nesse particular, a concessão de terras, a serem exploradas pelos trabalhadores rurais, para plantio de lavoura de subsistência e pequena criação, o que representa substancial complementação de salário daqueles trabalhadores, via de regra entregues à própria sorte, sem qualquer estímulo à melhoria de sua produtividade. As cooperativas rurais, em fase de organização, para a execução dêsse plano assistencial, mudarão, por certo, a fisionomia rural, possibilitando aos que mourejam nos plantios de cana das usinas e dos engenhos melhores níveis de vida. É bem verdade que para a execução de plano de tão alta envergadura, conta o Govêrno, no setor privativo da economia canavieira, com a colaboração direta de um homem altamente credenciado à realização dessa ingente tarefa: o Ministro Macedo Soares. Dêle se pode afirmar que, sendo um administrador com largo tirocínio na atividade empresarial privada, sobretudo dos empreendimentos industriais, tem revelado, igualmente, excepcional sensibilidade para os problemas do campo, principalmente no que se refere à agricultura da cana de açúcar. Assim é que, responsável direto pela política de desenvolvimento das atividades industriais e comerciais do seu Ministério, tem atendido, com elogiável solicitude, às reivindicações dos órgãos de classe da agricultura, empenhados em colaborar com o Govêrno, no programa de ressurgimento de nossa economia agrária e, especialmente, na rehabilitação do homem do campo.

Ainda recentemente, atendendo a justa reivindicação da Confederação Nacional da Agricultura, através de seu dinâmico Presidente, Senador Flávio da Costa Brito, houve por bem o Ministro da Indústria e do Comércio de criar a representação daquela entidade sindical de grau superior no Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Álcool, propiciando, assim, colaboração mais direta daquele órgão dos produtores rurais no colegiado que supervisiona as atividades da economia agro-canavieira.

Como é sabido, importante tarefa está destinada à autarquia açucareira na revolução agrária em que se empenha atualmente o Govêrno, em várias frentes de ação, não sendo demais lembrar que o Estatuto da Lavoura Canavieira, cuja execução está afeta ao I.A.A., constituiu o instrumento precursor das reformas econômicas e sociais, ora em fase de implantação. É de louvar-se, pois, o ato do Govêrno consubstanciado no Decreto assinado pelo Presidente Costa e Silva, graças à compreensão do Ministro Macedo Soares, assegurando à Confederação Nacional da Agricultura maior integração na execução da Reforma Agrária e demais reformas de base programadas para o setor específico da economia canavieira, através da atuação direta e permanente de sua representação no Conselho Deliberativo do I.A.A.

Por outro lado, a agricultura brasileira se sente estimulada com o apôio recebido daqueles eminentes homens públicos, que testemunham, através de atos como êsse, o propósito de manter as melhores relações entre as classes representativas da agricultura e o Govêrno, o que constitui feliz prenúncio de efetiva e leal colaboração, para que a revolução agrária atinja plenamente os seus objetivos.

AS EXPORTAÇÕES DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA DO PAÍS EM 1968

FRANCISCO WATSON

Nossas exportações de açúcar demerara (raw sugar) no exercício passado alcançaram o volume recorde de 18.257.476 sacos de 60 quilos, equivalentes a 1.078.000 toneladas métricas líquidas.

2. Os Estados exportadores foram:

Alagoas	246.929 t.m. —	4.165.063 scs
Pernambuco . . .	418.707 t.m. —	7.121.188 scs
São Paulo	413.071 t.m. —	6.971.225 scs

3. No mesmo exercício foram exportadas 70.726 toneladas métricas de mel rico (parte de uma venda de 210.000 toneladas métricas); 141.177 toneladas métricas de melaço e 13.819.800 litros de álcool.

4. O valor dessas exportações alcançou a cifra de US$ ...... 112.786.277,98, mas o ingresso de divisas em 1968 realmente foi de 123.197.709,96, considerados os dólares recebidos nesse ano, de liquidações finais, relativos aos produtos do complexo canavieiro exportados no final de 1967.

5. Assim, a contribuição da lavoura e da indústria do açúcar à nossa Balança Comercial, em 1968, foi sobremodo expressiva, colocando-se em terceiro lugar na pauta de nossas exportações.

6. Exportando 1.078.000 toneladas métricas em 1968, colocou-se o nosso País em quarto lugar entre os maiores exportadores de açúcar. À sua frente estão Cuba, Austrália e Filipinas com 5,0, 1,6 e 1,2 milhões de toneladas métricas.

7. Além dessa posição de relêvo como exportador, coloca-se o nosso País, na safra 1968/69, em segundo lugar em relação aos maiores países produtores de açúcar de cana (em primeiro Cuba com 5,5 milhões de toneladas métricas, e o quarto entre os maiores produtores de açúcar de cana e beterraba). À sua dianteira encontram-se a União Soviética, Cuba e Estados Unidos, com 9,18, 5,5 e 5,53 milhões de toneladas métricas.

8. Graças a medidas tomadas na safra 1968/69, pela atual administração do Instituto, nossos laboratórios foram reequipados e novas exigências se fizeram às usinas produtoras do açúcar demerara, de exportação, do que resultou a fabricação de um tipo mais uniforme, rigorosamente dentro dos padrões de qualidade impostos pelos países importadores.

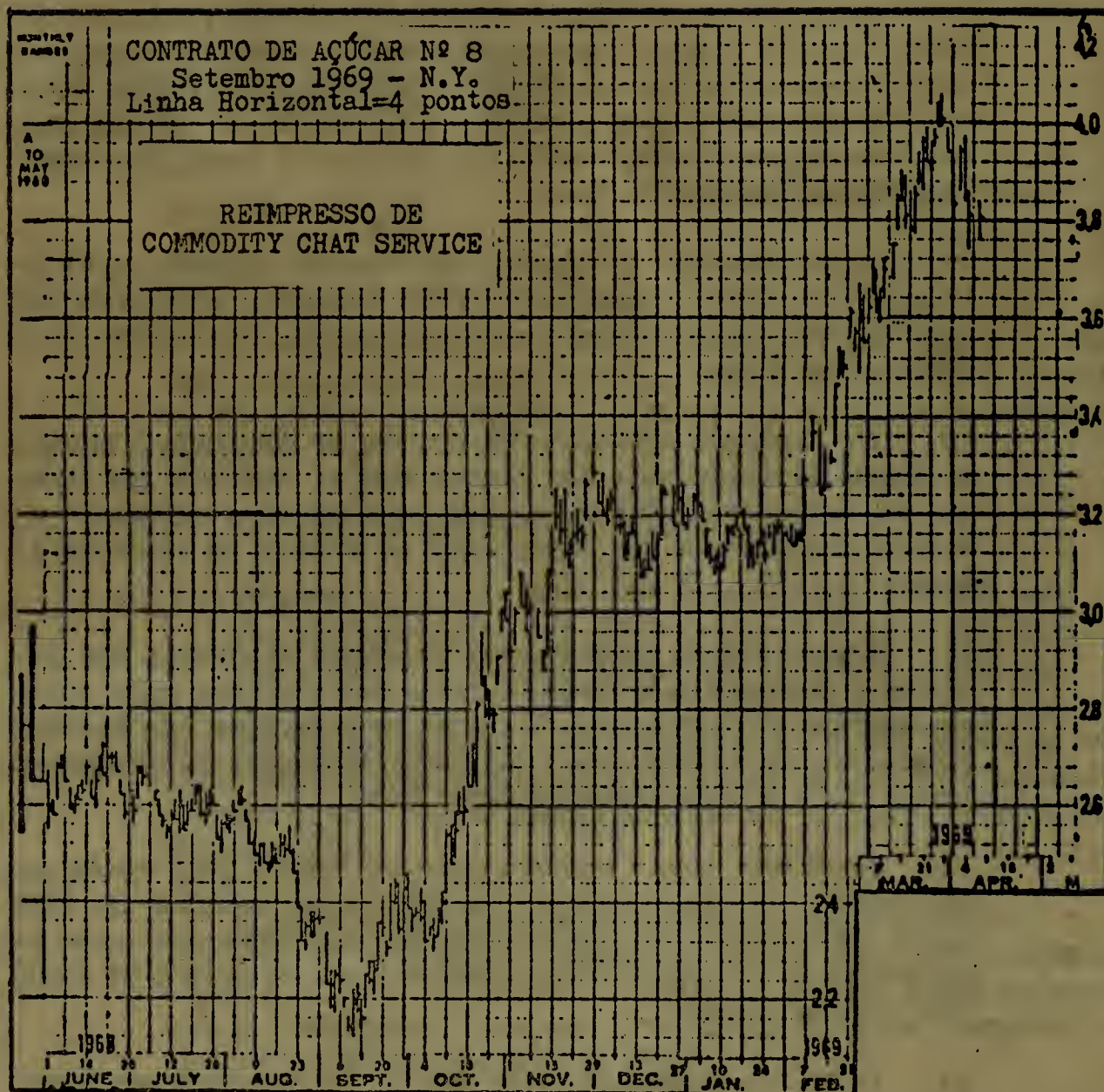
9. Merece destaque a conquista do mercado japonês, nesta safra, onde, em 1968, colocamos 210.000 toneladas métricas de mel rico, enfrentando forte concorrência de países fornecedores mais próximos do Japão.

10. No panorama internacional, merece ser destacada a atuação do Brasil na Conferência das Nações Unidas, realizada em Genebra em Setembro/Outubro de 1968, que logrou a celebração do Acôrdo Internacional do Açúcar, que se tentava há cêrca de 10 anos.

11. A contribuição da Delegação brasileira na solução dos problemas e divergências surgidos, durante êsse Conclave, entre países exportadores e importadores, foi excelente e decisiva, não havendo exagêro em se afirmar que o resultado alcançado foi devido em grande parte à participação do nosso País.

12. A eficácia dêsse Convênio pode ser testada pela reação extraordinária do mercado-livre mundial, cujas cotações, de US$ 32,00 por tonelada métrica fob-estivado, vigorantes dias antes da celebração do Acôrdo, estão agora situadas em tôrno de US$ 88,00 (ver quadro seguinte).

13. O Acôrdo Internacional do Açúcar foi recentemente homologado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, conforme o Decreto-lei n.º 492, de 6/3/69, e por êsse instrumento foi atribuído ao Brasil a cota anual de exportação de 500.000 toneladas métricas.

14. Dêsse modo, a exportação brasileira de açúcar será anualmente de pouco mais de 1.000.000 de toneladas métricas, isto é, computando-se a cota que nos concederam os Estados Unidos.

Nossa participação nêsse mercado preferencial, com açúcar da safra 1968/69, será da ordem de 550.000 toneladas métricas, a um preço médio de US$ 143,00 por tonelada métrica fob-estivado, muito superior às atuais cotações do mercado-livre mundial.

15. Graças a esforços conjugados de vários setôres governamentais, a iniciativa do Instituto do Açúcar e do Álcool de construir o Terminal Açucareiro em Recife está em franca fase de concretização, pois suas obras estão bem adiantadas.

16. Trata-se de providência de excepcional relevância para a economia do país e de repercussão mais favorável no exterior.

17. Basta assinalar que a obra estimada em NCr$ .... 45.000.000,00, terá seu investimento amortizado integralmente em prazo inferior a três anos, em face das consideráveis economias que proporcionará ao Instituto na execução de sua política de exportação.

18. Só a não utilização da sacaria permitirá uma redução do custeio da exportação de mais de NCr$ 6.000.000,00 por safra.

19. A capacidade do Terminal é para armazenar, em condições técnicas perfeitas, 200.000 toneladas métricas de açúcar, e permitirá o carregamento de um navio com 10.000 t.m. de açúcar em apenas 10 horas, quando presentemente o tempo gasto com êsse carregamento excede a 12 dias consecutivos!

20. Essa redução do tempo nos carregamentos, com o Terminal, propiciará a obtenção, pelo Instituto, de prêmio de aproximadamente 6.000 dólares por navio, pela rapidez dos embarques.

21. Além do Terminal Açucareiro de Recife, está a atual Administração do Instituto ultimando medidas para construção de outro em Maceió, obra que solucionará definitivamente o crônico problema portuário do Estado.

22. Está feito, assim, um resumo dos principais aspectos das exportações brasileiras de produtos da agroindústria açucareira do País, em 1968, que se incluem, com relêvo, entre as grandes realizações do atual Govêrno da República, presidido pelo eminente brasileiro Marechal Arthur da Costa e Silva.

O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO DE 1964 E O HOMEM DO CAMPO

OCTAVIO DE MELLO CARVALHO

Em meu Esbôço Histórico da Legislação sôbre o Problema Agrário no Brasil, publicado no número de dezembro do ano próximo passado, procurei recordar com os leitores dêste prestigioso órgão o que de mais relevante tem sido feito ou tentado fazer em relação ao assunto desde o Brasil Colônia até os nossos dias.

Como não poderia deixar de ser, preocupei-me em dar maior ênfase às Cartas Régias, Atos, Decretos e Leis que, de modo mais decidido e eficaz, tenham concorrido para atenuar os males e as deficiências de nosso meio rural e que constituem o chamado "problema agrário", que, a exemplo de muitos, considerei uma das presenças constantes na paisagem brasileira.

Tive então oportunidade de focalizar, embora ligeiramente, o estado de inquietação social em que o movimento revolucionário de abril de 1964 encontrou o nosso ambiente no campo.

Agora, às vésperas de mais um aniversário da revolução que trouxe o país de volta aos trilhos da normalidade, parece-me da maior oportunidade que se dê o merecido destaque à atitude corajosa e patriótica com que o nôvo govêrno se propôs reformular a nossa então vigente estrutura agrária, que não só não acompanhava bem como — e sobretudo — obstava o progresso brasileiro.

Não padece dúvida que a referida estrutura, carente de objetividade e regulamentação adequada, estava a reclamar a atualização e o aprimoramento de conceitos e diretrizes capazes de abrir novas e reais perspectivas de acesso à propriedade da terra aos posseiros, ocupantes, parceiros ou mesmo arrendatários, que, até aquela parte, viam quase totalmente afastada qualquer oportunidade de galgar uma situação de maior segurança, bem estar e prosperidade.

Mas, a tôdas essas falhas e deficiências, a todo êsse desencanto, somava-se a crescente agitação social a que uma população tão sofrida, vinha sendo atirada quer por um sistema já inteiramente superado, quer por manobras políticas menos recomendáveis de relativo efeito imediato, mas de larga e duradoura repercussão negativa.

Oportuno recordar que a agitação, embora generalizada, era propositadamente mais acirrada em áreas de maior concentração operária e nas zonas canavieiras e de indústrias rurais.

O homem do campo acostumado a ver protelado o atendimento de seus mais justos reclamos, não encontrava o necessário estímulo, terminava por constituir-se em prêsa fácil da agitação que vinha sendo desenvolvida.

Era mais um dos grandes desafios com que o govêrno da revolução se defrontava.

Mas o problema do campo foi enfrentado com decisão e acêrto, através de providências de curto e médio prazo e que, aparando arestas e corrigindo erros, criaram condições favoráveis à modernização e aperfeiçoamento de nosso sistema agrário, no sentido de dignificar o homem que trabalha a terra, dar-lhe consciência de sua importância, convocá-lo para uma participação efetiva na vida nacional, integrá-lo enfim nas fôrças vivas que engrandecem e impulsionam o país.

Paralelamente, tais medidas atendiam — como atendem — as novas e constantes solicitações decorrentes do próprio desenvolvimento econômico, que mais acentua interdependência entre o campo e o meio urbano e industrial e, por conseqüência, impõe à Política de Desenvolvimento Rural as seguintes atribuições:

"a) suprir a base alimentar indispensável à intensificação da vida urbana e industrial;

b) concorrer com produtos de exportação mais diversificados para ajudar o equilíbrio do balanço de pagamento externo;

c) criar pela elevação do nível de vida no meio rural, um alargamento do mercado interno de consumo para absorver o crescimento da produção industrial do País;

d) concorrer para que se estabeleça um equilíbrio nas migrações, entre o campo e a cidade, tanto pela criação nas áreas urbanas de empregos para absorver a mão de obra liberada do campo como pela introdução da tecnologia, como pela ampliação das fronteiras agrícolas para a colocação de parte da mão de obra anualmente acrescida pelo incremento demográfico;

e) fixar na vastidão do território nacional, núcleos de atividade permanente, concorrendo para a regularidade do trabalho no campo e para a progressiva absorção de técnicas que só a continuidade e a tradição agrária possibilitam."

(Mensagem n.º 33, de 1964)

Urgia, pois, regular de uma forma global os múltiplos aspectos da relação do homem com a terra.

Assim é que, pela Mensagem acima referida, foi encaminhado ao Congresso Nacional projeto de Lei de largo e profundo alcance, tratando objetivamente da reforma agrária bem como da modernização da política agrícola brasileira e que veio a constituir-se no Estatuto da Terra (Lei n.º 4.504, de 30.10.64).

Para atender a êsses novos encargos o citado diploma criou, respectivamente, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA e o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, cujas atribuições já foram mencionadas no artigo anterior.

As novas autarquias federais estão em plena atividade, buscando os objetivos determinados e já apresentam um saldo expressivo de boas realizações, dentro dos princípios e definições do próprio Estatuto da Terra, que assim estabelece:

> "Art. 1.º: Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.
>
> § 1.º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.
>
> § 2.º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade das terras que se destinem a orientar no interêsse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprêgo, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do País."

Até o momento conta o IBRA com cinco (5) áreas declaradas prioritárias para fins de reforma agrária, a saber:

1 — Região compreendendo o litoral, mata e agreste dos Estados de Pernambuco e Paraíba (Decreto n.º 56.583, de 19.7.65),

2 — Região compreendendo o Distrito Federal e área que o envolve nos Estados de Goiás e de Minas Gerais (Decreto n.º 56.795, de 27.8.65),

3 — Região compreendendo áreas dos Estados do Rio de Janeiro (baixada fluminense) e da Guanabara (Decreto n.º 57.081, de 15.10.65),

4 — Área constituída pelo Estado do Rio Grande do Sul em tôda a sua extensão geográfica (Decreto n.º 58.162, de 6.4.66),

5 — Área constituída pelo Estado do Ceará em tôda a sua extensão geográfica (Decreto n.º 60.465, de 14.3.67).

Por outro lado, o INDA, que atua em tôdas as áreas não prioritárias, vem desenvolvendo um trabalho de profundidade em todos os setores que lhe estão afetos quais sejam os de colonização, extensão rural e cooperativismo e ainda o da implantação e desenvolvimento da eletrificação rural, sendo que neste particular a autarquia já eletrificou milhares e milhares de quilômetros, beneficiando e levando o progresso a dezenas de municípios de diversos Estados da Federação.

Porém, outros órgãos que não IBRA e INDA têm, por vêzes apresentado colaboração oportuna e valiosa para a melhoria das condições de vida do nosso homem do campo.

E isso só tem sido possível graças ao acêrto do govêrno ao convocar figuras das mais representativas e capazes para a direção dos diversos organismos estatais.

Testemunho eloqüente dêsse critério, foi, sem dúvida, a escolha do Dr. Francisco Elias da Rosa Oiticica para a Presidência do Instituto do Açúcar e do Álcool. Conhecedor profundo dos problemas da agroindústria canavieira, S.S. procurou cercar-se de auxiliares diretos da maior competência e dedicação.

De tão excelente equipe não poderiam tardar os melhores frutos, como, por exemplo, o Ato n.º 18, de 1.º de julho de 1968, que disciplina a execução do Decreto de n.º 57.020, de 11 de outubro de 1965, que, por sua vez, regulamentou o artigo 23 do Decreto-Lei n.º 6.967, de 1.944.

A oportunidade do Decreto e do Ato acima referidos comporta as seguintes e despretenciosas considerações:

É por todos sabido que a posse ou uso temporário da terra, além da regulamentação prevista em nosso Código Civil, por algumas vêzes, tem recebido tratamento especial por parte dos legisladores patrícios.

O próprio Estatuto da Terra dedica à matéria todo um Capítulo de seu Título III:

"Art. 92 — A posse ou uso temporário da terra serão exercidos em virtude de contrato expresso ou tácito, estabelecido entre o proprietário e os que exercem atividade agrícola ou pecuária, sob a forma de arrendamento rural, de parceria agrícola, pecuária, agro-industrial e extrativa, nos têrmos desta Lei."

Por outro lado, o artigo 2.º daquele mesmo diploma assim dispõe:

> "É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, prevista nesta Lei.
>
> § 1.º A propriedade da terra desempenha a sua função social quando, simultâneamente:
>
> a) favorece o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
>
> b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
>
> c) assegura a conservação dos recursos naturais;
>
> d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e cultivam."

Trata-se òbviamente de ocupação onerosa, de uso e exploração da terra mediante a contrapartida de pagamento ao seu proprietário, seja em espécie ou em produtos do cultivo.

Contudo, o Decreto n.º 57.020, de 1965, específico da lavoura canavieira e, conseqüentemente, de área de alcance mais restrita, pôde ir além para instituir a concessão do direito ao uso de área de terra sem qualquer outro onus ou compromisso que não cultivá-la realmente.

É por demais evidente o grande valor da providência, pois exercitando correta e adequadamente a função social da terra, representa um passo à frente no caminho da elevação do nível de vida do homem do campo e de sua total integração no meio rural.

Ressalte-se que a concessão do direito ao uso temporário da terra, nas condições em que foi estabelecida, não significa a repetição ou revigoramento de uma política paternalista, felizmente já superada, que se limitava à compressa de benefícios imediatos, sem contudo atacar as causas dos problemas, cujas soluções eram adiadas e transferidas até que nova crise viesse a reclamar novas providências.

Bem ao contrário, seu contexto evidencia maturidade ao eleger medida justa e dosada em que o direito ao uso da terra é limitado ao seu correto exercício e à duração do contrato de trabalho.

Entretanto, o referido decreto carecia de ter disciplinado a sua execução.

O Sr. Presidente do I.A.A., tão logo assumiu o elevado cargo, fêz expedir o Ato n.º 18, de 1.º de Julho de 1968, que, com absoluta propriedade, estabelece o "modus executandi" do referido decreto.

O Ato n.º 18 pretende o pleno exercício da função social da terra, embora através de uso temporário e condicionado, e assim dimensiona a área de terra a ser concedida ao trabalhador rural:

1 — 0,5 ha. para o solteiro, viúvo ou desquitado;
2 — 1 ha. para o trabalhador viúvo ou desquitado com filho de idade superior a 15 anos;
3 — 1,5 ha. para o trabalhador casado;
4 — 2 has. para o trabalhador casado e com filho de idade superior a 15 anos.

Mas, e o que é muito importante, determina também que as terras a serem concedidas ao trabalhador rural, nas condições já examinadas, não poderão estar a mais de 3 (três) quilômetros de distância da respectiva moradia. Providência que, inegàvelmente, atende aos interêsses do trabalhador rural e de seu empregador. proporcionando ao primeiro maior assistência à lavoura de subsistência e ao segundo a certeza de melhor e mais fácil fiscalização pessoal além daquela que deverá ser exercida pelo Serviço Especial preconizado no artigo 24.

Prevê ainda a doação de áreas certas e determinadas de emprêsas industriais, proprietários de usinas e de fornecedores de cana a cooperativas que venham a ser constituídas pelos trabalhadores, através o esfôrço conjunto do I.A.A., do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e dos órgãos estaduais de cooperativismo.

As críticas porventura feitas à concessão do uso da terra não resistem ao exame mais atento, uma vez que dela estão excluídas as áreas próprias para a cultura mecanizada da cana.

Outra não poderá ser a interpretação do artigo 8.º, que determina:

> "As terras concedidas segundo os artigos anteriores serão preferentemente, terras ociosas ou de pousio as quais por sua situação topográfica sejam econômicamente desfavoráveis à cultura mecanizada da cana, porém, adequadas às lavouras de subsistência e à criação de animais."

Preocuparam-se ainda o Decreto n.º 57.020 e o Ato n.º 18 em estimular o trabalhador rural que tenha cumprido bem a obrigação de cultivar a terra, acenando-lhe com a certeza de que os resultados por êle obtidos serão considerados pelas Comissões Especiais previstas no Estatuto da Terra (artigo 42) para efeito de receber um dos lotes selecionados para projetos de Reforma Agrária.

No caso de despedida injusta, comprovada pela Justiça do Trabalho, foi assegurada ao trabalhador rural a indenização das despesas, quando feitas às suas expensas, do cultivo da terra.

Sensível também às necessidades dos proprietários de terra e empregadores rurais, o Ato n.º 18 prevê sua inaplicabilidade nos seguintes casos:

"a) às propriedades agrícolas de área igual ou inferior a 50 (cinqüenta) hectares, desde que o proprietário utilize pelo menos 70% (setenta por cento) da respectiva área com lavoura de cana, criação e outras lavouras;

b) aos trabalhadores não residentes na propriedade, ou aos que nela não exerçam atividade sob regime de trabalho assalariado, ou que na mesma permaneçam sem vínculo ou relação de emprêgo."

Essas as considerações que me produz tecer sôbre o Decreto n.º 57.060, de 1965 e seu Ato disciplinador, que refletem a atuação que o Exmo. Sr. Ministro da Indústria e do Comércio General Edmundo de Macedo Soares e o Sr. Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool dedicam ao trabalhador da agro-indústria canavieira.

Conforta e anima o poder verificar que o govêrno sob o comando esclarecido e patriótico do Excelentíssimo Senhor Marechal Arthur da Costa e Silva, a par de tantas e tantas realizações, tem voltado suas vistas para o homem do campo, levando-lhe a certeza de que estão chegando ao fim os seus inúmeros problemas.

Rio de Janeiro, 29 de março de 1969.

DOIS ANOS DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

JOÃO MUNIZ DE SOUZA

Os resultados apresentados pela conjuntura econômica nos anos de 1967 e 1968 oferecem alguns indícios de que estamos de fato no caminho da retomada do desenvolvimento. Com efeito, a batalha mais terrível, que é a luta contra a inflação, vai sendo vencida. O índice geral de preços, que é uma resultante da ponderação dos índices dos preços por atacado, custo de vida e custo de construção, portanto o índice mais significativo para uma análise mais ampla do comportamento global da economia, revela uma expansão em ritmo bem mais moderado.

O índice do custo de vida que em 1966 alcançava a 41,1%, caiu em 1967 para 24,5% e em 1968 para 24,0%, numa comprovação do processo de desaceleração dos índices inflacionistas. O *deficit* orçamentário, que tem sido fonte permanente de inflação, caiu de NCr$ 2 090 milhões em 1966 para NCr$ 1 787 em 1967 e NCr$ 1 227 em 1968. Em 1969 deverá ficar em tôrno de NCr$ 600 milhões.

Os meios de pagamento acusavam, em 1968, uma elevação percentual menor que a de 1967, enquanto que o crescimento econômico foi maior em 1968, o que demonstra um rendimento real expressivo.

Para a retomada do ritmo de desenvolvimento econômico, conseqüentemente se tornava imperioso corrigir a vulnerabilidade apresentada pela produção às freqüentes quedas conjunturais, fazendo com que a produção se estabilizasse em tôrno de sua tendência de crescimento. Êsse objetivo prioritário foi colocado de início, tendo sido conseguida ampla recuperação ao longo de 1967. Garantindo a manutenção do comportamento mais estável da produção ao longo de 1968, o Govêrno criou as condições necessárias para a retomada dos investimentos por parte do setor privado e, conseqüentemente, o reinício do desenvolvimento dentro de bases mais sólidas e persistentes.

UMA NOVA TÔNICA

No início de 1967, com a mudança do Govêrno, notou-se que as novas autoridades procuraram modificar a tônica da política econômica, até então adotada. A contenção inflacionista e a retomada do desenvolvimento foram definidas como objetivos básicos, muito embora as ações desenvolvidas revelassem maior atenção pela expansão econômica do que pela estabilização dos preços.

Ademais, no exercício de 1967, surgiram alguns problemas de solução mais delicada, o que, sem dúvida, impediu melhor desempenho das atividades produtoras. Com efeito, ao iniciar-se o ano, o nível da produção apresentava-se muito aquém do limite da capacidade instalada, visto que ainda persistiam os reflexos de recessão manifestada desde o terceiro trimestre do exercício anterior, reprimindo a procura global.

O mercado de consumo permanecia estreito, devido não só à queda do poder de compra, dos salários, como, também, à disciplina monetária adotada no decurso de 1966, que manteve o sistema econômico carente de recursos financeiros.

Diante dêsse quadro, algumas providências foram tomadas, desde logo, no sentido da reativação das atividades econômicas. A taxa do resíduo inflacionista, aplicada nos reajustamentos salariais, passou de 5% para 7,5%, uma vez que a anterior havia ficado muito aquém daquela que corresponderia à metade da elevação dos preços ocorrida no período. Simultâneamente, o limite mínimo para incidência do Impôsto de Renda cobrado na fonte foi majorado, liberando um volume expressivo de recursos, na sua maioria canalizados para os gastos de consumo. Mais ainda: foram ampliados os prazos de recolhimento da IPI, provocando um desafôgo em inúmeros setores fabris. Concomitantemente, as Autoridades Monetárias procuraram irrigar o sistema financeiro com um fluxo de recursos mais compatível com a situação conjuntural e com o volume real dos negócios. Incentivos especiais foram criados com a finalidade de encorajar as exportações de manufaturados, com vista ao melhor aproveitamento da capacidade de produção e à elevação do nível de emprêgo e da renda.

Nos seus aspectos gerais, o comportamento da economia nacional, em 1967, deixou um saldo positivo. As atividades produtoras entraram em processo de reativação, as taxas de inflação declinaram e as autoridades mantiveram sob contrôle a expansão dos meios de pagamento.

O Produto Interno Bruto apresentou um crescimento real da ordem de 4,9% sôbre o nível de 1966, taxa de expansão superior à observada no período anual anterior (1966-1965), que foi de apenas 3,4%. Descontando-se da taxa de 4,9% o efeito do crescimento populacional, obtem-se a taxa do produto real "per-capita" de 1,8%.

Na Agricultura e na Indústria, setores de maior participação na origem do produto interno, as taxas de crescimento observadas foram de ... 7,1% e 2,9%, respectivamente. O comportamento do setor agrícola está condicionado pela componente Lavouras que manifestou expansão de cêrca de 10%. Dêsse modo, ao contrário do acontecido em 1966 (comparativamente a 1965) quanto se registrou para o setor agrícola um declínio de 5,4%, o ano de 1967 demonstra recuperação apreciável do setor, devido a condições climáticas favoráveis e à política agrícola que entre outros incentivos, embora, sem inovar, possibilitou o uso mais intenso de fertilizantes.

Em contraposição com o observado na Agricultura, o setor industrial apresentou taxa de expansão em 1967 bem menor que a verificada em 1966. É verdade que em 1966 a taxa de 11,8% era conseqüência de um confronto com 1965; ano de recessão.

MELHORES RESULTADOS EM 1968

Melhores resultados foram apresentados em 1968: as exportações chegaram ao seu índice mais elevado, com cêrca de 1,9% bilhão de dólares. O café em grão totalizou 1 107 487 toneladas que renderam 778,3 milhões de dólares, mais 10,4% que no ano de 1967. O açúcar também apresentou índices dos mais expressivos, com uma receita, em 1968, da ordem de US$ 102,4 milhões, representando mais 27,4% em relação ao ano anterior.

No conjunto global das exportações o problema dos preços não foi tão desfavorável ao País como em períodos anteriores. O aumento em volume foi de 11%, correspondendo a 14% de acréscimo no valor, e êsse fenômeno traduz mais ou menos o ocorrido individualmente com os principais produtos exportados.

O índice do custo de vida se manteve em ritmo menor que o de 1967, traduzindo uma política de contenção inflacionista. Reajustamentos no campo da política fiscal, monetária, creditícia e de comércio internacional permitiram a verificação de uma taxa maior de crescimento econômico nos últimos sete anos, estimada em 6,5%.

Os projetos industriais aprovados subiram a 550, alcançando investimentos de NCr$ 1 143 milhões. A Petrobrás, sòmente em 1968, produziu 9 425 000 metros cúbicos de petróleo contra 8 508 000 metros cúbicos em 1967.

Uma sensível diminuição na capacidade ociosa da maioria dos setores da indústria de transformação do País está-se verificando em virtude da progressiva e contínua expansão da procura interna, com uma ampliação cada vez maior do mercado para colocação de produtos industriais de tôda espécie.

Foram acrescentados ao parque gerador do País mais 699 MW. Com êsse aumento, a potência total instalada no território nacional passou a 8 741 MW, dos quais 2 800 no sistema da Eletrobrás. Três usinas geradoras tiveram sua capacidade aumentada: Pôrto Colômbia, Passo Fundo e Santa Cruz. Na produção de refino de petróleo, entraram em operação duas novas unidades de refinação — Refinaria Gabriel Passos e Refinaria Alberto Pasqualini, aumentando em 90 mil barris diários a capacidade instalada.

No setor de transportes foram construídos mais 1 750 km de rodovias pavimentadas ou restauradas . . 2 300 km, além da construção de 5 500 m de pontes e viadutos, despendendo-se em tais obras NCr$ 585 milhões.

No setor da habitação, o Govêrno através do BNH, financiou no período a construção de 180 mil das novas unidades, aplicando recursos da ordem de NCr$ 1,5 bilhão, gerando investimentos superiores a NCr$ 3,6 bilhões. O ritmo de construção atingido é de 1 000 casas por dia de 8 horas de trabalho.

A produção de aço, petróleo e cimento registraram incremento, respectivamente de 18, 17 e 15%. Entretanto, a de cimento não foi suficiente ainda para atender ao extraordinário desenvolvimento do setor de construção civil, havendo necessidade de se recorrer à importacão do produto. A indústria automobilística aumentou de 12%. Outro índice da mais alta importância é o consumo industrial de energia elétrica, cujo aumento foi da ordem de 18%.

De maneira relativamente generalizada, viu-se o Govêrno a braços com o problema da escassez de capital de giro das emprêsas, que poderia apresentar uma série de limitações à expansão da produção. Foi admitida, então, uma linha de empréstimos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criando-se o FUNGIRO, Fundo para o Capital de Giro, para atender a setores produtores de insumos industriais considerados prioritários, amenizando o problema.

A receita da União superou tôdas as expectativas com NCr$ 10 500 milhões.

Os depósitos bancários aumentaram de NCr$ 14 005 milhões em janeiro de1968 para NCr$ 19 100 em novembro, isto é 10% em apenas 10 meses. No mesmo período, os empréstimos ao setor privado cresceram na razão de 55%.

O setor industrial bateu recorde na década dos 60, com um crescimento de 15%. Assistimos, assim, novamente a inversão do comportamento entre os setores primário e secundário. Tal comportamento cíclico tem-se manifestado desde 1966, ano em que os resultados da atividade agropecuária foram desfavoráveis, enquanto as atividades urbanas evoluíram favoràvelmente. Em 1967 tivemos um extraordinário desempenho das atividades agropecuárias e modesta atuação do setor industrial. Em 1968, novamente ocorreu a inversão, com excelente crescimento do setor industrial e menor expansão do setor agropecuário.

No caso específico do açúcar, sua situação vem-se mantendo em nível excepcional. Em 1967 foram produzidos 71 971 000 sacos com uma exportação de 16 848 000 sacos. Em 1968 fabricamos 70 073 000 sacos e vendemos ao exterior 18 257 000 sacos. São números bastante expressivos que revelam o bom desempenho da economia açucareira nos dois últimos anos.

MEDIDAS DO FIM DO ANO

As medidas econômicas editadas no fim do ano, com base no Ato Institucional, mereceram de inúmeros setores da vida econômica do País os maiores aplausos. A mais importante delas talvez tenha sido a redução do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. A Constituição de 1967 criara excessiva transferência de recursos da União para as administrações regionais e locais ao lhes reservar 20% da arrecadação do IPI e do Impôsto de Renda. O resultado foi o considerável agravamento do *deficit* da União e aplicação perdulária de recursos em muitos Municípios.

O nôvo Ato Complementar reduziu êsse Fundo às devidas proporções, permitindo que a União passasse a operar com um orçamento quase equilibrado. É de se esperar que êsse seja um passo fundamental para o tratamento definitivo da inflação no corrente exercício de 1969.

Também a nova legislação sôbre o Impôsto de Renda encerra uma série de aspectos positivos. A permissão de que as emprêsas abatam do lucro tributável a manutenção do capital de giro, atende antiga reivindicação das classes produtoras, vindo eliminar o que restava da tributação dos ganhos ilusórios.

A nova sistemática de tributação dos rendimentos de letras de câmbio também é digna dos maiores elogios. O sistema até então vigente, o da tributação sôbre o excesso do rendimento prefixado sôbre a correção monetária das Obrigações Reajustáveis do

Tesouro, além de operacionalmente mais complicado, prestava-se a um mecanismo de evasão, pelo resgate através de uma distribuidora (o Impôsto na fonte não era cobrado sôbre as pessoas jurídicas).

A principal batalha do Govêrno está sendo vencida: a inflação. O Ministro Delfim Neto garante que a inflação está com os seus dias contados e nisto já tem o valioso aval do Presidente Costa e Silva que afirmou no Paraná que êste ano ela estará plenamente dominada.

O ano de 1969 já apresenta, nos seus indicadores iniciais, resultados dos mais satisfatórios especialmente em dois importantes setores (industrial e comércio exterior). Para os primeiros dois meses os números revelam progresso dos mais animadores:

Produção	Jan./Fev. 1968	Jan./Fev. 1969	Percengem
Aço (1 000 t.)	396	446	+ 12,6
Petróleo Bruto (1 000/m3)	1 564	1 630	+ 4,2
Veículos (un.)	32 585	44 418	+ 36,3
Cimento (1 000 t.)	1 124	1 225	+ 9,0
Tratores (un.)	1 015	989	— 2,5
Energia Elétrica (kw — Milhões)	4 160	4 810	+ 15,6
Borracha Sintética (t.)	7 386	11 700	+ 58,4

Êstes índices são sôbre exportação, e mostram também que os dois primeiros meses, comparados com os bons meses de janeiro e fevereiro de 1968, mostram boas perspectivas:

Comércio exterior	Jan./Fev. 1968	Jan./Fev. 1969	Percengem
Exportação (US$ Milhões)	231	272	+ 17,7
Café (1 000 sacas)	2 177	2 977	+ 36,7
Manufaturados (US$ Milhões)	17 5	22 8	+ 30,3

POLÍTICA INDUSTRIAL DO BRASIL

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DE INCENTIVOS FISCAIS ÀS INDÚSTRIAS DE BASE E DE BENS DE PRODUÇÃO; A SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES; OS INCENTIVOS À EXPORTAÇÃO

O esfôrço para a industrialização do Brasil se iniciou ainda no século do descobrimento. A produção de açúcar, a partir da cana; a construção de navios de madeira; a redução de minério de ferro, por processo direto, para produzir ferramentas e outras atividades do mesmo tipo, demonstram a vocação industrial na era do país colônia, apesar da oposição da metrópole. Com êsse conceito o Ministro da Indústria e do Comércio, General Edmundo de Macedo Soares e Silva iniciou a sua exposição na reunião da Associação dos Dirigentes Cristãos de Emprêsas, realizada no Hotel Glória, do Rio de Janeiro, em 11 de março de 1969.

2. Depois de apontar a evolução do surto industrial afirmou o Ministro da Indústria e do Comércio: "Foi, entretanto, bàsicamente diante das dificuldades de suprimento externo conseqüentes do segundo conflito mundial, que o esfôrço em pról da industrialização do País tomou impulso definitivo, ao mesmo tempo, em que se firmava a consciência da sua importância no desenvolvimento da economia brasileira. As iniciativas tomadas, até então, foram de caráter esporádico, mas já nos meados da década dos cinqüenta passaram a obedecer a uma orientação política, visando sobretudo a mudança na frágil estrutura industrial existente. Tal tendência geral, válida para tôda a indústria, é particularmente evidente na evolução das indústrias de base e de bens de produção".

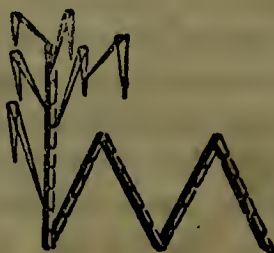
3. Como assinalou o Ministro Macedo Soares, passada a fase pioneira de implantação de novas indústrias, o desenvolvimento industrial já não pode sustentar-se pelos impulsos decorrentes da substituição das importações. Na fase atual, o desenvolvimento da indústria pesada é função, de um lado, do nível de investimentos públicos e privados, e, de outro, da capacidade de competir

com os fabricantes estrangeiros no atendimento da procura gerada por êsses investimentos. No setor da indústria pesada, prosseguiu o ministro, a criação dos Grupos Executivos da Comissão de Desenvolvimento Industrial do MIC (GEIMEC, GEIMET, GEIMAC e GEINEE), traduzem esfôrço do govêrno em solucionar os impasses que se apresentam à expansão industrial do País. "Através da formulação de critérios gerais que orientam a concessão de estímulos governamentais aos investimentos privados naquêles setores e no estudo de projetos específicos de implantação, vêm aquêles Grupos exercendo ação continuada de supervisão e coordenação dos investimentos privados nos respectivos setores industriais.

4. Lembrou o titular do Ministério da Indústria e do Comércio o esfôrço empreendido pelo Govêrno para anular os fatores de distorção originados no declínio das oportunidades massiças de substituição das importações, tais como haviam sido apontados pelo programa Estratégico de Desenvolvimento. Em conseqüência foi possível assegurar à indústria de mecânica pesada, de modo especial, condições que lhe permitem produzir grande parcela dos equipamentos e maquinária necessários ao atual estágio de desenvolvimento do País. Por exemplo, o problema do financiamento das linhas de produção e comercialização foi enfrentado através da criação do FINAME (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais), gerido pelo BNDE o qual, já em fins de 1967, representava uma participação de 14% no total dos créditos aprovados por aquêle Banco. Apesar da importância indiscutível dos financiamentos públicos às atividades produtivas, e evolução da estrutura industrial do País, advertiu o ministro, dependerá, em larga medida, da criação de um poderoso mercado de capitais, capaz de colocar à disposição dos empresários recursos financeiros em volume e em condições adequadas às suas necessidades. Nesse sentido deve ser destacada a significação do Decreto-lei n.º 157, concedendo incentivos aos investimentos no mercado de ações e tornando-o atrativo, inclusive para as pequenas poupanças individuais.

5. Abordou, em continuação o Ministro da Indústria e do Comércio, a nova política de incentivos, através de financiamentos e isenções para aquisição de equipamento, a qual criou condições para o progressivo reaparelhamento de vários setores tradicionais da indústria que, dado o seu obsoletismo, funcionavam em baixos níveis de produtividade. "Assim sendo, após 1964 vem-se multiplicando a concessão de favores fiscais como instrumento propulsor de determinados setores produtivos considerados pelo Govêrno como prioritários para o desenvolvimento econômico do País". Na esfera do MIC, devem ser referidas, particularmente, as medidas

tomadas nos vários ramos das indústrias de transformação. Convém também destacar a contribuição do Ministério na consolidação da política de apôio e incentivo às atividades exportadoras, particularmente de manufaturados. O Ministro Macedo Soares e Silva lembrou que a expansão das exportações é, ainda, indispensável para assegurar a eficiência industrial, já que, dado a estreiteza do mercado interno do País, a produção em larga escala não será possível, a curto prazo, a menos que uma parte da mesma possa ser colocada no exterior. Neste sentido foram adotadas medidas de estímulo às exportações, incluindo a simplificação burocrática das vendas para o exterior, a eliminação dos gravames fiscais e o seguro de crédito. Mas, embora a ênfase da política comercial brasileira tenha pousado na promoção das exportações, o Govêrno, lembrou o ministro, não se descuidou de compatibilizar a liberalização das importações. Os números do comércio exterior brasileiro dos últimos quatro anos são animadores. As exportações passaram do nível de 1 430 milhões de dólares em 1964, para cêrca de 1 800 milhões em 1968. Mais significativo foi o crescimento dos manufaturados na pauta exportadora. De 39 milhões de dólares em 1963, chegaram a 140 milhões em 1968.

6. O Ministro Macedo Soares e Silva terminou a sua exposição, assistida por um grupo de empresários alemães em visita ao Brasil, com as seguintes palavras: "No que se refere aos objetivos próximos do Govêrno a premissa básica seguirá sendo a de que resultados definitivos só se obterão com equilíbrio das condições econômico-financeiras, que é a pré-condição dos esforços pelo aumento da produtividade de nossa economia. E, no setor comercial pròpriamente dito, terá seqüência a política de criação de incentivos e estímulos à exportação através de novas medidas de muita significação, e que, certamente, irão ao encontro das reivindicações empresariais. Chegando ao fim do corrente ano com uma taxa de inflação de 15%, e seguidas, tenaz e enèrgicamente, as políticas de desenvolvimento e de comércio exterior expostas, o Brasil acelerará seu progresso econômico e se tornará apto a receber mais recursos externos de risco, extremamente desejável, e que virão adicionar-se à poupança interna, em plena expansão".

I. A. A. EMPOSSA NOVOS MEMBROS DO CONDEL

Nas Sessões, respectivamente de 5 e 12 de março, tomaram posse no Instituto do Açúcar e do Álcool os novos membros do Conselho Deliberativo CONDEL — sob a presidência do Dr. Francisco Elias da Rosa Oiticica, duas figuras de relêvo dos setores diplomático e jurídico-econômico,.os Drs. Carlos Augusto de Proença Rosa, como Delegado do Ministério das Relações Exteriores, e *José Pessoa da Silva, na qualidade de Delegado da Confederação Nacional da Agricultura.*

PRESENTES

Às duas solenidades, compareceram todos os membros com assento no Conselho Deliberativo do I.A.A. jornalistas, funcionários e diretores do Instituto. Na sessão do dia 5, foi investido como representante do Itamaratí, no CONDEL, o diplomata Carlos Augusto de Proença Rosa, tendo o Presidente Francisco Oiticica proferido as seguintes palavras, após a leitura do têrmo de posse pela sra. Marina de Abreu e Lima, Secretária do Conselho Deliberativo:

"No momento em que empossamos como Representante do Ministério das Relações Exteriores, junto a êste Conselho, o Dr. Carlos Augusto de Proença Rosa, quero salientar que a colaboração do Ministério ao Instituto do Açúcar e do Álcool já vem de longa data, colaboração sempre prestimosa, sempre eficiente pela alta qualificação dos seus representantes.

O Dr. Carlos Augusto de Proença Rosa se integra, agora, no Instituto do Açúcar e do Álcool, em têrmos de Representante do Ministério das Relações Exteriores, já com uma fôlha de serviços ao Instituto pela sua própria posição de organismo que cuida dos interêsses e responsabilidades do Brasil no Ministério.

O Dr. Carlos Augusto de Proença Rosa não tem se limitado apenas à colaboração oficial, tem mantido com o Instituto as melhores relações e tem dado ao Instituto do Açúcar e do Álcool sua colaboração política e econômica, manifestando sempre em tôdas as oportunidades o alto sentido de responsabilidade que os seus representantes, que os diplomatas brasileiros estão altamente qualificados para essa representação.

Tive mesmo a oportunidade, em conferência do Acôrdo Internacional do Açúcar, realizada em 1958, quando integrei a Representação Brasileira, em sentir essa alta noção de responsabilidade e de interêsse pelos problemas brasileiros.

O Dr. Carlos Augusto de Proença Rosa é agora um dos nossos, integra-se a êste Conselho Deliberativo para continuar a dar de modo mais direto a sua colaboração e a eficiência de sua inteligência.

Meus parabéns ao Representante do Ministério das Relações Exteriores, Dr. Carlos Augusto de Proença Rosa, que passa agora a integrar o Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Álcool.

AGRADECIMENTO

Com a palavra, o Conselheiro Carlos Augusto de Proença Rosa assim manifestou-se:

"Sr. Presidente, Srs. Membros do Conselho Deliberativo do Instituto do Açúcar e do Álcool, desejo, inicialmente, agradecer as palavras do Presidente do Instituto, Dr. Francisco Elias da Rosa Oiticica, palavras gentis com relação ao Ministério das Relações Exteriores.

Na realidade, Sr. Presidente, o Ministério vem, já de muito tempo, se preocupando principalmente com o problema do açúcar, procurando de todos os meios e modos colaborar com o Instituto do Açúcar e do Álcool.

Na minha qualidade de funcionário do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, eu, pessoalmente, posso dar testemunho do interêsse das autoridades do Ministério em conhecer perfeitamente bem o problema do açúcar e poder dar sua colaboração junto ao Instituto, e mesmo com outros Ministérios, da preocupação em dar uma aplicação política benéfica ao País.

O Ministério das Relações Exteriores resolveu indicar o Chefe da Divisão de Produtos Básicos para êste Conselho Deliberativo e é com o maior prazer que tomo posse, pretendendo, dentro das minhas possibilidades, cooperar e dar todo o meu trabalho para que a atuação do Representante do Ministério das Relações Exteriores seja de utilidade ao Conselho do Instituto".

Nascido no Rio de Janeiro, Distrito Federal, em 4 de setembro de 1931. Diplomado pelo Instituto Rio Branco no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1954.

Serviu, como Terceiro Secretário, na Embaixada do Brasil em Lima, e como Segundo Secretário, na Embaixada do Brasil em Washington, por duas vêzes. Promovido a Primeiro Secretário, em abril de 1967.

Asistente do Chefe da Divisão de Produtos de Base, em março de 1963. Chefe da Divisão de Produtos de Base, em maio de 1967.

Representante do Brasil no Comitê Consultivo Internacional do Algodão, em dezembro de 1961. Secretário Geral da Delegação do Brasil na Conferência Negociadora do Convênio Internacional do Café, a largo prazo, realizada na ONU, em Nova York, de 9-7-1962 a 4-9-1962. Membro da Delegação do Brasil à XXXVI Sessão do Comitê de Produtos de Base da FAO, em Roma, de 20 a 31-5-1963. Assessor da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sôbre Cacau, em Genebra, em 23-9-1963. Colaborador do Grupo de Trabalho no Estudo dos Itens da Agenda e Preparo das Instruções para a Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e De-

→

senvolvimento, em 1963. Representante do Itamaraty junto ao Grupo de Planejamento do Ministério da Agricultura, em maio de 1964. Participou de várias Sessões da Junta Executiva do Café e do Conselho Internacional do Café, em Londres, nos anos de 1963, 1964 e 1968. Substituto do Representante Brasileiro no Comitê Consultivo Internacional do Algodão e no Sub-Comitê Consultivo de Colocação de Excedentes Agrícolas do Comitê de Produtos de Base da FAO, em novembro de 1964. Assessor do Presidente do Instituto Brasileiro do Café, à Reunião Especial da FEDECAME, em El Salvador, em novembro de 1964. Participou da Reunião da Junta Executiva da Organização Internacional do Café, em El Salvador, em dezembro de 1964. Delegado do Brasil à 78.ª Sessão da Comissão Diretora do GIESB, em Washington, em maio de 1965. Delegado Suplente da Delegação do Brasil à II Reunião das Autoridades Açucareiras, em Washington, em maio de 1965. Chefe, substituto, da Delegação do Brasil à Conferência convocada pelas Nações Unidas, em Genebra, Suíça, para negociar o Convênio Internacional do Açúcar, em setembro de 1965. Delegado do Brasil às Reuniões do Conselho Internacional do Açúcar e do Comitê Consultivo do Açúcar da UNCTAD. Participou das Reuniões do Grupo de Trabalho sôbre Preços e Quotas da Conferência da ONU sôbre Cacau, da Aliança dos Produtores de Cacau e do Comitê de Estatística do Grupo de Estudos do Cacau, FAO, em Genebra, de 11 a 22-10-1965. Delegado à II Reunião do Comitê de Produtos de Base da UNCTAD, em Genebra, em 1967. Delegado do Brasil às Reuniões da CECLA, realizadas no México, em 1966, Bogotá, em 1967 e República Dominicana, em 1968. Delegado do Brasil à Reunião dos Países Subdesenvolvidos, preparatória da II Conferência da UNCTAD, Argel, em outubro de 1967. Delegado substituto à II Conferência das Nações Unidas sôbre Comércio e Desenvolvimento, Nova Delhi, de fevereiro a março de 1968.

Na sessão Ordinária do CONDEL, de 12 de março, teve lugar a posse do Dr. José Pessoa da Silva, Procurador do I.A.A., e, ùltimamente, Assessor do Ministro da Indústria e do Comércio para assuntos da economia açucareira, na qualidade de Delegado da Confederação Nacional da Agricultura.

Presentes Diretores de Divisão, Chefes de Serviço e funcionários. O Dr. Francisco Elias da Rosa Oiticica, Presidente do I.A.A., antes da leitura do têrmo de posse, fêz o seguinte improviso:

"Conforme todos têm conhecimento, por decreto de 28 de fevereiro dêste ano, publicado no "Diário Oficial" de 4 do corrente mês, foi designado representante da Confederação Nacional de Agricultura o Sr. José Pessoa da Silva. Trata-se de antigo servidor desta Casa, integrado nos nossos problemas, com grande fôlha de serviços prestados ao Instituto do Açúcar e do Álcool e ùltimamente colaborador direto do Sr. Ministro da Indústria e do Comércio e seu assessor para assuntos do açúcar.

É com profunda satisfação que dou posse a êste antigo servidor do Instituto como representante da Confederação Nacional de Agricultura.

Estou certo de que o Dr. Pessoa da Silva terá presente a grande responsabilidade que lhe cabe, tendo em vista que a Confederação Nacional da Agricultura representa os dois setores da economia açucareira: a agricultura e os que fazem a agroindústria do açúcar. Sua atuação será o ponto de equilíbrio dos interêsses que serão aqui debatidos e decididos.

Peço à Sra. Secretária para ler o têrmo de possè.

A Secretária Marina de Abreu e Lima, então, lê o têrmo de posse, que é em seguida assinado pelo Presidente e pelo empossado.

SAUDAÇÃO

Com a palavra o Dr. Francisco Franklin da Fonseca Passos, Diretor da Divisão Administrativa, pronunciou a seguinte oração:

"Tenho grande desvanecimento em proferir algumas palavras de saudação ao nosso estimado e emérito companheiro Pessoa da Silva, no instante em que, pela confiança do Exmo. Senhor Presidente da República e do Exmo. Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, é elevado às funções de Membro do Conselho Deliberativo dêste Instituto, como representante da Confederação Nacional de Agricultura.

Pessoalmente nos aproximam os mesmos sentimentos de compreensão dos nossos deveres com a coletividade e o Instituto.

O seu nome está vinculado à vida e à história desta Casa, por uma gradativa sucessão de posições de relêvo, às quais sempre imprimiu o maior escrúpulo.

Economista, Procurador, Chefe de Gabinete, já anteriormente duas vêzes Membro da antiga Comissão Executiva e até o instante Assessor do Exmo. Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, de etapa em etapa, pois, atingiu todos os altos postos desta Autarquia.

Não há senão como nos inclinarmos, todos nós, com justiça, sôbre o seu papel relevante no desempenho destas funções, impondo-se à estima e ao respeito da direção do Instituto e à amizade com seus colegas de trabalho.

Não me considero suspeito para referir-me a Pessoa da Silva, embora o grau de fraternal estima que nos liga, amizade essa nascida na comunhão do trabalho diuturno onde pude observar, como uma constante, a competência, a lealdade e a firmeza de caráter do querido companheiro.

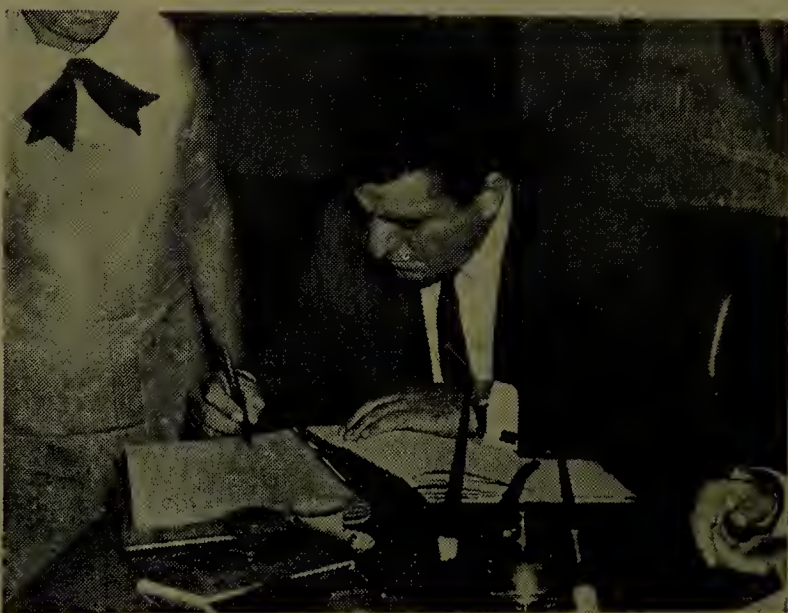
O Instituto do Açúcar e do Álcool só tem a esperar do nosso colega a sua coadjuvação humana e elevada no papel de que foi incumbido.

São pois sinceros os nossos votos de solidariedade e aplausos pela indicação de seu nome para integrar o corpo de colaboradores da alta direção do I.A.A.

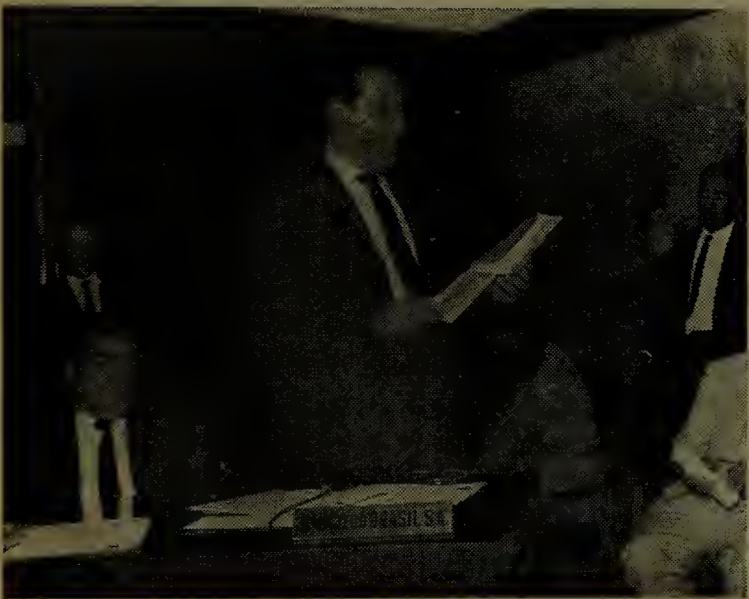
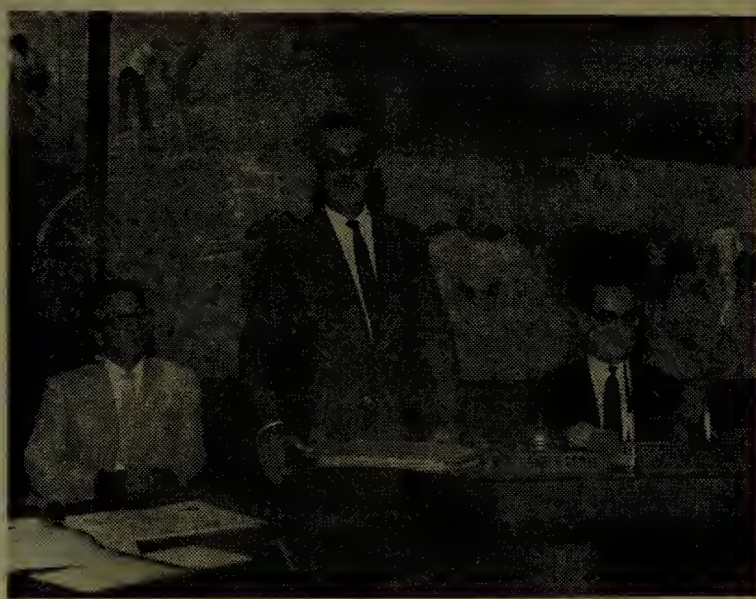
Formamos todos uma equipe leal, sincera e objetiva. Felizmente temos a presidí-la, o Dr. Francisco Elias da Rosa Oiticica, um espírito superior, da mesma linhagem dos grandes fundadores desta Instituição, adstrito às noções de jurisdicidade e de respeito aos princípios fundamentais que orientam organizações como a nossa.

Estou certo, por outro lado, de interpretar os sentimentos de todos os funcionários desta Autarquia ao desejar ao querido amigo, Pessoa da Silva, os maiores êxitos e triunfos na nova missão".

Na foto o Presidente do I.A.A., Dr. Francisco Elias da Rosa Oiticica, quando saudava o nôvo membro do CONDEL, Dr. Carlos Augusto de Proença Rosa. No flagrante aparecem ainda as Sras. Marina de Abreu e Lima e Julieta Salem de Oliveira, ambas funcionárias do CONDEL.

O Dr. Carlos Augusto de Proença Rosa (foto, assinando o têrmo de posse) foi indicado como Delegado do Ministério das Relações Exteriores no Conselho Deliberativo do I.A.A.

Já integrado no seu nôvo cargo, o Dr. Proença Rosa recebe das mãos do Presidente Oiticica uma coletânea de BRASIL AÇUCAREIRO.

Flagrante da solenidade de posse do Dr. José Pessoa da Silva no CONDEL, como Delegado da Confederação Nacional da Agricultura, no momento em que o Presidente Francisco Oiticica o saudava. Aparece ainda na foto D. Marina de Abreu e Lima, Secretária do CONDEL.

Ladeado pelo Presidente do I.A.A., Dr. Francisco Oiticica, o Dr. José Pessoa da Silva (à esquerda) assina o têrmo de posse.

O mais nôvo membro do CONDEL recebeu várias manifestações, entre elas a do Diretor da Divisão Administrativa, Dr. Francisco Franklin da Fonseca Passos (foto).

Ladeado pelos Drs. Francisco Oiticica e Rodrigo Queirós Lima, o Procurador José Pessoa da Silva (foto), após a saudação de vários oradores, proferiu um discurso de agradecimento.

(FOTOS CLOVIS BRUM)

FALA O SR. AMAURE FRAGA

Em seguida o Sr. Amaure Fraga disse:

"Sr. Presidente, por honrosa delegação, não deferida, de meus colegas de representação, quero ter a oportunidade agradável de saudar, no momento em que chega o nôvo representante da Confederação Nacional de Agricultura. É muito bom quando a gente chega a algum lugar e é recebido pela expectativa sadia e pelo ambiente de cordialidade que estamos sentindo, sobretudo quando êsse local foi anteriormente aquêle de nosso trabalho, onde a gente deixou uma recordação de respeito que justifica êsse clima de simpatia na hora da chegada.

Associo - me, portanto, gostosamente, em nome da Representação Governamental, aos anseios de todos pela comprovada performance seguinte do nosso amigo Dr. Pessoa da Silva e encerro lembrando que tanto o representante não é bissexto que foi nomeado em 28 de fevereiro.

SAÚDA O SR. FRANCISCO ALMEIDA

Também o Sr. Francisco Almeida fêz uma saudação:

"Sr. Presidente, é com satisfação que vejo empossado como membro dêste Conselho Deliberativo o Dr. José Pessoa da Silva, a quem tenho o prazer de saudar em nome da Lavoura Nacional. Trata-se de pessoa bastante conhecida nesta Casa e que se distinguiu sempre por sua tradição de honradez, diligência e capacidade, que soube sempre demonstrar nos lugares que ocupou e honrou. Associo-me, pois, às palavras de boas-vindas que vêm de ser dirigidas a S. Exa., certo de que se haverá da melhor maneira em seu nôvo pôsto. Meus cumprimentos.

FALA O SR. MÁRIO PINTO

O Sr. Mário Pinto pronunciou a seguinte mensagem:

"Sr. Presidente, Dr. Pessoa da Silva: Em nome da representação dos industriais do açúcar com assento neste Conselho, tenho a grande satisfação pessoal de expressar a nossa alegria em contar com a presença de um homem tão capacitado para exercer êsse mandato como é o Dr. Pessoa da Silva. Já se disse a respeito de S. Exa. o que poderia ser bastante para manifestar o que se espera dêle neste Conselho. Os industriais do açúcar têm a certeza, porque conhecem bem o Dr. Pessoa da Silva, de que, no desempenho de seu mandato, S. Exa. há de se conduzir à altura de seu passado, conhecendo tão bem como conhece os problemas da agroindústria e, conseqüentemente, podendo dar a todos nós colaboração eficiente e valiosa às nossas decisões.

AGRADECIMENTO

Finalmente, o Sr. José Pessoa da Silva pronunciou a seguinte oração:

"Senhor Presidente, Senhores Membros do Conselho Deliberativo, ilustres oradores que me saudaram, meus colegas do Instituto do Açúcar e do Álcool.

É natural que me sinta profundamente emocionado ao retornar, mais uma vez, a esta Casa onde, por tantos e longos anos, tive a ventura de exercer funções de natureza administrativa, muitas delas neste mesmo órgão colegiado, aonde vem o Destino de trazer-me novamente. Como vêem todos, não sou um neófito, que aqui

chegasse pela primeira vez. Coube-me, anteriormente, a responsabilidade de exercitar neste mesmo Conselho — antiga Comissão Executiva — mandato honroso, como Delegado, por duas vêzes, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e também do Ministério da Fazenda. Além dêsses encargos, muitos outros me foram confiados, em vários setores da Administração Pública, na Assessoria do Ministro da Agricultura, por duas vêzes, e, ùltimamente, como Assessor do ilustre Ministro da Indústria e do Comércio, General Edmundo de Macedo Soares.

Sinto-me, apesar de ambientado, muito embora estimulado pela confraternização daqueles que aqui me recebem de braços abertos, sinto-me novamente sob o pêso de grande responsabilidade. Comecei a minha vida, logo depois de formado, nesta Casa, onde se destacaram, na defesa dos interêsses da agroindústria açucareira, tantos homens ilustres, que nos mostraram, com o seu exemplo, os caminhos que deveríamos percorrer. Não seria o caso de citar-lhes os nomes, eis que poderia cometer a involuntária injustiça de omitir alguns dêles, mas aquêles que convivem com o Instituto, aquêles que sentem os problemas dêste importante setor agroindustrial do país têm bem viva na memória a atuação dos administradores eméritos que por aqui passaram e aqui nos deixaram o seu exemplo de trabalho e honradez.

No verdor dos anos, quando perlustramos os umbrais desta Casa, sentimos necessidade do exemplo daqueles que nos podem orientar, no sentido de exercermos com proficiência e dignidade o múnus da vida pública. Com efeito, constitui uma constante na orientação dos moços ver nos mais velhos o exemplo a seguir e foi assim que procurei, em todo o exercício de minha vida funcional, no Instituto do Açúcar e do Álcool, espelhar-me na conduta daqueles homens que se impunham à nossa admiração e respeito, por suas atitudes de austeridade, eficiência e dedicação ao trabalho. Com o passar dos anos, entretanto, vamos sentido que a vida nos coloca em posição inversa e já então, em escalões de maior responsabilidade, observamos que os mais novos, que nos vão substituindo nos postos iniciais, passam a ver em nós os homens que os devem orientar, na difícil condução da cousa pública. É quando pressentimos que, ao entrarmos na idade mais avançada, pesa-nos sôbre os ombros o ônus de executar, com maior fidelidade e honradez, com desprendimento e abnegação, as tarefas que nos são confiadas, na defesa dos interêsses comuns. E como já me acho nesta segunda etapa de uma vida quase tôda ela dedicada ao serviço público, é de ver, meus amigos, como me sinto, ante o calor dêstes aplausos e o estímulo desta solidariedade, que jamais me faltaram em várias outras oportunidades e traduzem, na singeleza de sua espontaneidade, os melhores votos de felicidade, que me seria dado desejar. A par disso, é fácil concluir que a minha responsabilidade haveria de aumentar na proporção da magnitude dêsse gesto, ante o indeclinável dever de manter-me à altura das melhores tradições, de que é tão rica, felizmente, esta entidade do Poder Público, a que todos temos a honra de pertencer. Relembro, assim, como estímulo e incentivo, os velhos companheiros de outrora, que, em redor desta mesa, serviram-me de exemplo e conforta-me tem a consciência tranquila de que tudo tenho feito para corresponder à

confiança dos que me têm honrado com a sua solidariedade, que tanto me comove e enobrece.

Por outro lado, sinto-me sobremaneira desvanecido de ver hoje na Presidência desta Casa um homem ilustre e honrado, como o Dr. Francisco da Rosa Oiticica, meu colega dos tempos universitários, também egresso, como eu, da nossa tradicional e querida Faculdade de Direito do Recife. Já nos conhecíamos, então, dos bancos acadêmicos, onde fruímos contemporâneamente as lições dos velhos mestres daquela secular Escola, que tanto nos serviram para as lutas e dificuldades que iríamos enfrentar. O nosso ingresso nesta Casa, nos primeiros anos de nossa vida profissional, viria estreitar ainda mais — como felizmente ocorreu — nossos laços de afetiva amizade, alicerçada no melhor padrão de estima e respeito recíproco".

EMOÇÃO

"Momentos como êste não se coadunam, evidentemente, com manifestações de outra natureza — prosseguiu o Dr. Pessoa da Silva. A emoção é a tônica dominante, quando nos sentimos enaltecidos pela generosidade dos que nos brindam com gesto de tão cativante simpatia e tão espontânea solidariedade. Cedemos, então, ao impulso do nosso afeto, deixando que as palavras expressem, apenas, os sentimentos profundos da mais enternecida gratidão.

Quero agradecer, sensibilizado, as palavras amigas, acolhedoras e fraternais do Dr. Francisco Franklin da Fonseca Passos, meu amigo de tantos anos, companheiro de trabalho, cuja amizade se fortaleceu nas lutas incessantes de todos os dias, que juntos enfrentamos, notadamente nos árduos labôres da Divisão Jurídica. Sei que o seu gesto, impregnado daquela ternura que lhe é peculiar, brota espontâneo da magnanimidade do seu coração, reconhecida e proclamada por todos que o conhecem de perto e têm a ventura de privar de sua intimidade. Que os meus agradecimentos estejam à altura da prodigalidade do seu gesto. Ao Dr. Amaure Fraga, ilustre representante do Ministério do Planejamento, tão gentil na saudação que me dirigiu, em seu nome e no de seus companheiros de representação governamental, meus agradecimentos sinceros por suas expressões generosas, que tanto me comoveram. Conhecendo-me de pouco tempo, as suas palavras crescem de significação, pela acolhida carinhosa com que me recepciona, com os seus companheiros de bancada, neste Colegiado. Ao Dr. Francisco Almeida, representante dos homens que mourejam no campo e que ora integra, com tanta eficiência, a bancada dos fornecedores de cana, quero expressar o quanto me sinto agradecido, pela generosa saudação com que me distinguiu, pelo que lhe quero testemunhar, e aos seus representados, a manifestação do meu mais profundo reconhecimento. Ao estimado e querido amigo Dr. Mário Pinto, que com tanto brilho e eficiência representa os industriais de açúcar do Nordeste do Brasil, deixo, por igual, consignado o meu agradecimento sincero e meu cordial abraço, na certeza de que suas palavras me estarão sempre presente e me servirão de estímulo, no desempenho de minhas novas funções. Os seus votos de congratulações, proferidos não só em nome dos industriais do açúcar da região a que me sinto vinculado por tantos laços afetivos e sentimentais, como

também dos produtores das demais regiões açucareiras do país, dão-me a perfeita dimensão da elevação de propósitos e dos superiores sentimentos que os inspiram no desenvolvimento da política açucareira, de cujo processo sócio-econômico participam, como fatôres de transcendental importância.

Senhor Presidente: serei rápido nas conclusões desta minha alocução, porque todos sentem que nos momentos de emoção, quando, por vêzes, os sentimentos se sobrepõem ao próprio raciocínio, nada mais seria possível dizer do que simples palavras de reconhecimento e gratidão. Ao terminar, desejo consignar, apenas, que, se constitui motivo de júbilo a certeza do dever cumprido, bem mais felizes nos sentimos, quando contamos com a simpatia e o carinho daqueles que nos cercam e espontâneamente nos outorgam o testemunho do seu aprêço. Quero, assim, reafirmar que reingresso nesta Casa, de tão gratas recordações para mim, com aquêle mesmo propósito com que sempre nela trabalhei: o de ser um homem voltado para os seus mais legítimos interêsses, de coração aberto, sem preconceitos, sensível às soluções justas e humanas, sempre cioso de fazê-lo em têrmos de equipe, embora reconhecendo, humildemente, as contingências e limitações de minha modesta colaboração. É com tal propósito — e é êste o compromisso que me imponho — que procurarei, mais uma vez, executar as tarefas que me forem confiadas, na defesa dos postulados que sempre nortearam minha vida pública e que, a esta altura, jamais poderia abandonar, em coerência comigo mesmo e com meu passado.

Aos meus estimados colegas do I.A.A., que tão afetuosamente me vêm trazer seu abraço amigo e acolhedor, deixo consignado nos anais desta Casa o quanto lhes sou grato e como feliz me sinto pela ventura de receber de todos êles esta consagradora homenagem, que tão bem retrata os seus sentimentos de afetividade, desabrochados na mais pura e comovedora espontaneidade.

Meus senhores:

Como todos sabem, a Confederação Nacional da Agricultura, cuja representação tenho a honra de assumir, neste momento, é o mais nôvo integrante dêste Egrégio Conselho Deliberativo e importante é a tarefa que lhe está destinada, na defesa dos interêsses vinculados à exploração agrária, nos têrmos de sua legislação institucional, que abrange tôdas as classes rurais, que se dedicam à exploração do solo, da pecuária e das atividades extrativas. A responsabilidade de sua missão, notadamente no setor específico da agroindústria açucareira, cresce de vulto, neste momento histórico, em que se deflagra o processo da reforma agrária, um dos mais importantes problemas a desafiar a argúcia e o alto descortino do Govêrno e das classes econômicas nacionais, todos interessados em sua implantação. Como é sabido, a participação direta desta entidade no debate dos problemas fundamentais da agricultura brasileira, nos quais se tem feito sentir a sua atuação dinâmica e eficiente, vem de ser complementada, através de sua presença no órgão supervisor da economia açucareira, graças, sobretudo, à compreensão e espírito público do ilustre Ministro Macedo Soares, que assegurou as medidas legislativas indispensáveis à consecução dêsse *desideratum*. Homem

radicalmente vinculado ao setor industrial do país, a cujos mais altos e legítimos interêsses tem servido, quer na área das atividades privadas, quer na vida pública, vem de revelar, igualmente, em relação ao setor agrário, extraordinária capacidade de percepção de seus problemas e aspirações, a par de seu decisivo apoio às suas justas reivindicações, pelo que lhe ficam a dever as classes vinculadas à C.N.A. a valiosa ajuda que lhe vem de proporcionar. Quero manifestar, nesta oportunidade, meus agradecimentos ao ilustre Senador Flávio da Costa Brito, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, pela honrosa investidura com que me distinguiu e ao eminente Ministro Macedo Soares o generoso acolhimento à indicação daquela entidade, possibilitando-me, assim, emprestar a êsse setor da economia rural brasileira minha modesta contribuição de trabalho. À confiança que em mim vêm de depositar só me será dado corresponder, oferecendo de mim o melhor de meus esforços e de minha dedicação, para honrar os compromissos dessa escôlha.

Meu caro Presidente Dr. Oiticica: juntando os meus votos aos de quantos se vinculam aos destinos desta Casa e tudo fazem para que a economia açucareira proporcione aos que dela vivem as melhores condições de desenvolvimento e estabilidade, renovo-lhe o empenho de minha colaboração leal e entusiástica, estimulado pela certeza de que a sua experiência e devotamento à causa pública são um penhor seguro à concretização de nossas esperanças. A todos, muito obrigado."

CURRICULUM VITÆ

JOSÉ PESSOA DA SILVA

1) Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, formado pela Faculdade de Direito do Recife.

2) Jornalista e professor. Ex-examinador em Concurso de Habilitação na Faculdade de Direito do Recife.

3) Classificado em 1.º lugar, no Primeiro Concurso Nacional Universitário de Oratória, realizado na Universidade de S. Paulo, como representante da Faculdade de Direito do Recife.

4) Ex-integrante da Carreira de Economista do Instituto do Açúcar e do Álcool, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

5) Ex-Membro e Secretário da Comissão "Moedas e Bancos" do Primeiro Congresso Brasileiro de Economia, no qual relatou diversas teses.

6) Ex-Diretor do "Boletim Informativo" da Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

7) Ex- Delegado do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e

→

da Fazenda na Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool.

8) Ex-Assessor Parlamentar do Instituto do Açúcar e do Álcool, junto à Câmara dos Deputados e Senado Federal.

9) Ex-Chefe do Gabinete da Presidência do Instituto do Açúcar e do Álcool.

10) Ex-Assessor Técnico, para assuntos econômicos e jurídicos, do Gabinete do Ministro da Agricultura, na gestão dos Ministros Antônio de Novais Filho, João Cleofas de Oliveira e Armando Monteiro Filho.

11) Procurador do Instituto do Açúcar e do Álcool.

12) Representante do Brasil no XXX Congresso Internacional de Indústrias Agrícolas e Alimentares, realizado em Madrí, Espanha e na Conferência Internacional do Açúcar, realizada em Geneve, Suissa.

13) Ex-Vice Presidente da "Federación Interamericana de Abogados" (Sección Juvenil), com sede em Montevidéu, Uruguai.

14) Assessor do Ministro da Indústria e Comércio para assuntos da economia açucareira.

15) Representante da Confederação Nacional da Agricultura no Conselho Deliberativo do I.A.A.

16) Advogado militante no fôro do Estado da Guanabara.

ESTUDO COMPARATIVO DA COLONIZAÇÃO PORTUGUÊSA

FRANCISCO DE PAULA DE SOUZA BRASIL

Diz Gilberto Freyre que a característica portuguêsa que mais o atrai é a diversidade de sua raça. De tôda a Europa, foi o português quem revelou maior capacidade de miscigenar-se. A facilidade com que se adaptou ao trópico representou o exemplo mais perfeito e mais completo de aculturação européia naquelas regiões. Integrou-se em costumes e hábitos estranhos a um europeu, que as condições ecológicas do trópico impunham. A vocação portuguêsa à miscigenação criou esta diversidade racial que faz com que Portugal seja uma nação também africana. No caso da África e de sua integração no complexo nacional português, as raízes desta integração se encontram no seu próprio território metropolitano, num Algarve quase africano e num Alentejo semimouro. Quando Portugal partiu para as grandes descobertas, já não era uma nação puramente européia.

Dos dez séculos que Portugal conta como estado independente, cinco foram também vividos no seu território africano. A península Ibérica se antecipou de quatro séculos à Europa na realização dêste seu destino histórico. E foi Portugal o país ibérico que realizou a obra mais importante neste sentido.

Contingência históricas e geográficas o favoreceram: sua localização, aberto aos oceanos e com pouca profundidade territorial na Europa, Portugal viu-se impelido a se lançar ao ultramar. Espanha foi potência européia e ultramarina. Portugal tornou-se potência ultramarina sem nunca ter sido potência européia. A história de Portugal nos últimos cinco séculos revela uma relativa marginalização face aos grandes acontecimentos do seu continente metropolitano, paralela a uma presença constante nos demais continentes.

A expansão ultramarina espanhola apresentou características bastante diferentes:

Embora multirracial e também africana - por fôrça de novecentos anos de ocupação moura — a sua situação geográfica a conduziu a uma participação maior nos destinos da Europa. Espanha foi potência também européia.

No entanto, apesar de sua multirracialidade, Espanha não revelou uma vocação para miscigenar-se tão acentuada como Portugal. As sociedades de cultura espanhola no continente americano, por exemplo, não absorveram a população nativa. Antes marginalizaram-na, não obstante o seu elevado índice cultural, notadamente na Guatemala, no México e no Peru. A sociedade hispano-americana, de um modo geral, organizou-se em castas às quais o elemento indígena não teve acesso. Tal fato chamou a atenção de Georg Friederici, que assinala em seu "Caráter da Descoberta e Conquista da América pelos Europeus" que "na América espanhola colonial foram muito maiores do que no Brasil colonial as camadas que se mantiveram livres de todo e qualquer cruzamento com gente de côr".

Até nossos dias, os países hispano-americanos apresentam êste conflito de culturas herdado dos tempos do domínio espanhol: o índio é mantido à parte. A mestiçagem é muito rara ou quase nenhuma. Não se observa na América Espanhola a absorção racial do índio como

se observou no Brasil, por exemplo, com os negros e os índios. Chica da Silva e Caramuru são símbolos puramente luso-americanos.

É esta casta superior branca — os "criollos" — que fornece à América Espanhola os seus "Libertadores": Miranda, Hidalgo, Morellos, Iturbide, Bolivar, San Martin, Sucre, O'Higgins, são todos "criollos". Não há a presença de um Araribóia, de um Henrique Dias, de um Felipe Camarão. A revolta do índio Tupac-Amaru contra Espanha, mobilizou espanhóis e "criollos" unidos. Êstes se identificavam mais com aquêles do que com as culturas nativas que ambos se mostravam com pouca capacidade de assimilar.

A vocação transnacional portuguêsa apresentou em muito menor escala êsses conflitos. A ausência de castas estruturadas rìgidamente em diferenças raciais permitiu uma mobilidade social que torna o exemplo português um caso único. Ainda é Georg Friederici que observa que "o íntimo e absoluto convívio com os silvícolas, semelhante ao estado de coisas existentes nos demais territórios do domínio português, como na África, em Gôa, em Diu, nas Molucas e outras partes da Malásia, bem como em Macau" (aqui neste trecho, Friederici está se referindo à América Portuguêsa) "possibilitou aos portuguêses alcançar aquilo que nêles tanto se tem admirado como colonizadores: a capacidade de imprimir, num curto espaço de tempo e em extensos territórios, seus costumes, religião e idioma aos povos bárbaros e selvagens."

Criaram-se assim peculiaríssimas culturas luso-americanas, luso-africanas e até luso-asiáticas. Estas trocas de influência se fazem notar, por exemplo, na arquitetura portuguêsa, através dos arcos em ferradura das casas marroquinas, os estilos de telha e de telhado dos pagodes chinêses. Mas, como nota Gilberto Freyre, enquanto se processava esta assimilação de elementos de arte tropical ou oriental pelo luso, processava-se também o oposto: a transferência para os trópicos e para o Oriente de elementos de arte portuguêsa — da de construção, da de culto religioso, da de vestuário, da de escultura, da de pintura, da de adôrno pessoal. Esta transferência se faz sentir com tal vigor, que assim como São Paulo de Loanda, por exemplo, deu a Pierre Daye a impressão de um burgo lusitano integrado na África, Macau pareceu a Lord Northcliffe, com suas casas predominantemente côr-de-rosa e verde, uma cidade da beira do Tejo transportada para o oriente e ali integrada.

Na África, havia não só a maior proximidade com a metrópole, como também a menor resistência cultural do elemento nativo em comparação com o asiático. Êstes dois fatôres aliados à herança africana que Portugal já trazia de seu próprio território europeu, permitem que, ao lado da presença lusa na América, a presença lusa na África se apresente em nossos dias como o melhor exemplo de integração européia no trópico, só tornada realidade através desta vocação transnacional, constituída sôbre a multirracialidade portuguêsa. Ninguém mais apto que o português para criar esta civilização, pois antes mesmo de radicar-se na África, já havia a África se radicado nêle.

Gilberto Freyre observa que "nas condições físicas de solo e de temperatura, Portugal é antes África do que Europa. O chamado "clima português" de Martone, único na Europa, é um clima aproximado de africano. Estava assim o português predisposto pela sua mesma mesologia ao contacto vitorioso com os trópicos: seu deslocamento para as regiões quentes da América não trazia as graves perturbações da adaptação nem as profundas dificuldades de aclimatação experimentadas pelos colonizadores vindos de países de clima frio" (Casa Grande e Senzala).

E ESTA INTEGRAÇÃO DE UM PORTUGAL AFRICANO NUMA ÁFRICA PORTUGUÊSA, É QUE DIFERENCIA ESTA ÁFRICA PORTUGUÊSA DE OUTRAS ÁFRICAS QUE NÃO PODEM DIZER O MESMO COM RELAÇÃO ÀS NAÇÕES EUROPÉIAS QUE AS TENHAM COLONIZADO.

A viagem de Vasco da Gama, segundo Arnold Toynbee, marca o início da agressão européia sofrida pelo mundo. Esta afirmativa será válida se a considerarmos estritamente sob o ponto de vista das descobertas, aproveitadas pelos demais. Não se pode comparar o expansionista de outros povos europeus,

colonizadores temporários. Aliás, Portugal não é um exemplo perfeito de país "europeu". O processo de fixação do português não tem paralelo com nenhum outro, nem mesmo com o de Espanha, sua vizinha e contemporânea de descobrimentos.

O temperamento espanhol tão diverso do português, no seu arrebatamento e na sua vocação à aventura e aos heróicos sacrifícios e renúncias — de que são exemplo as figuras de D. Juan e D. Quixote — foi de grande influência no seu peculiar processo de fixação em outros continentes, notadamente na América, onde deixou sua obra mais sólida. No Nôvo Mundo, nota-se no encontro dos espanhóis com os índios, uma espécie de prosseguimento da luta secular contra os infiéis. Como observa Sérgio Buarque de Hollanda: "a coincidência de ter chegado Colombo à América justamente no ano que caía, na Península, o último baluarte sarraceno, parece provisencialmente calculada para indicar que não deveria existir descontinuidade entre um esfôrço e outro. Na colonização Americana, reproduziram êles naturalmente, e apenas apurados pela experiência, os mesmos processos já empregados na colonização de suas terras na metrópole, depois de expulsos os discípulos de Mafoma."

Êste era, à época dos descobrimentos, o único método de conquista que Espanha por experiência própria sabia desenvolver. Ao contrário de Portugal, que no século de quinhentos já trazia consigo um longo passado de atividade colonial, Espanha ainda era inexperiente neste campo.

Como observou Georg Friederici, a posição dos portuguêses à época dos descobrimentos, que já há muito não tinham mouros dentro do próprio território, era bastante diversa da dos espanhóis, sobretudo dos castelhanos. Em Portugal, não havia cruzada contra o Islame. As campanhas dos portuguêses em território africano, ao tempo de D. João I e de D. Afonso V, e as expedições dos capitães do Infanto D. Henrique contra os mouros não eram conseqüência histórica, reatamento planejado ou continuação das antigas lutas portuguêsas contra os mouros.

A expansão ultramarina portuguêsa, ao contrário do que muitos pensam, foi uma obra de prudência e de comedimento. Não se nota no seu expansionismo o lado quixotescamente aventureiro, por exemplo, da expedição de um Cristóvão Colombo, com suas três frágeis caravelas a enfrentarem temerárias o Atlântico desconhecido. Excessão feita talvez a Magalhães, que aliás navegou sob a bandeira de Espanha, a coragem sem dúvida obstinada, mas raramente descomedida, constitui traço comum de todos os marinheiros lusitanos. Portugal fêz-se ao mar, não como aventureiro que procura a emoção do perigo, mas em obediência a um plano maduramente pensado, à luz de todos os recursos da melhor ciência da época.

Em 1424, Portugal já se encontrava nas ilhas Canárias. Dez anos após Gil Eanes atingiu o cabo Bojador. E daí por diante, o perímetro do litoral africano vai se desenhando nos mapas portuguêses. Em 1436 atingem o Rio do Ouro. Em 1441, o cabo Branco. Em 1446, o Senegal e o cabo Verde. Em 1460, a morte do Infante D. Henrique chega a ouvidos portuguêses já na costa de Serra Leoa. Em 1475, os navios de Fernão Gomes cruzam a faixa equatorial. Em 1483, Diogo Cão, sem dúvida um dos maiores navegadores de todos os tempos, atinge a foz do rio Congo. Quatro anos mais tarde, Bartolomeu Dias circunda o cabo das Tormentas, e, mudando-lhe significativamente o nome para "cabo da Boa Esperança" e, abre a Portugal o oceano Índico. Em 1498, Vasco da Gama segue os passos de Bartolomeu Dias e atinge as Índias.

Não representa a exata verdade histórica a farta literatura portuguêsa quinhentista de exaltação ao espírito aventureiro português, de que é exemplo o historiador João de Barro. Também o grande Camões enfatiza demais êste aventureirismo, que na verdade serena dos fatos, não foi tão aventureiro assim. Nos "Lusíadas" temos a epopéia dos descobrimentos apresentada de uma feição mais poética do que rigorosamente histórica. O aventureirismo pressupõe uma certa dose de improvisação. A expansão portuguêsa foi um modêlo de planejamento. Foi uma expansão obsti-

nada ,sem dúvida, mas sempre lúcida e comedida na sua obstinação.

E tanto isto é verdade, que, se os portuguêses demoraram setenta anos para atingir o cabo da Boa Esperança, Vespúcio para percorrer quase idêntica distância no continente Americano, levou aproximadamente, apenas dois anos.

As espantosas qualidades que o português revelou nos descobrimentos são a constância, a obstinação, a prudência e a utilização da melhor ciência náutica da época. Estas qualidades que no português sobrejuram o arrôjo, o aventureirismo, a obsessão pelo perigo e pelas incertezas, são assinaladas por Gilberto Freyre que, em "Casa Grande e Senzala", observa:

"Com relação ao fato de que o português sempre uniu ao espírito de aventura e de precaução, rotina, segurança, utilidade, não nos devemos esquecer de que os modernos historiadores do Direito e do comércio marítimos atribuem aos portuguêses a invenção dos seguros criados — destaca Jaim Cortesão — "na longa prática do tráfego por mar à distância durante os séculos XIII e XIV e consagrados pela legislação de D. Fernando. Cortesão ainda observa que palavras hoje inglêsas, mas derivadas da língua portuguêsa, como CURRAL, CUSPIDOR, MOLASSES, CRUZADO, ALBATROZ, indicam que a influência portuguêsa sôbre a cultura ocidental se fêz sentir na zona da técnica (inclusive a rural-pastoril)".

Da mesma forma que a expansão, observou-se a colonização. Embora os numerosos casos isolados que se poderia citar, não se observa na ocupação portuguêsa do ultramar a constância dos grandes heroísmos, como na ocupação espanhola. Da mesma forma, não se registram os grandes saques e massacres de índios, ou terror sôbre os nativos. Há evidentemente casos isolados, que constituem excessões. Dentre êsses casos isolados, e mais interessante ocorreu no Brasil. Foi o movimento chamado "das Entradas e Bandeiras".

O ciclo do Bandeirismo no Brasil é peculiaríssimo, se o compararmos aos processos habituais dos portuguêses para ocupação de um território. Representa um método todo nôvo, do qual não há correspondente em nenhuma outra fase histórica do mundo luso, quer pelo seu aventureirismo, quer pela sua espantosa rapidez.

Observa Jaime Cortesão:

"Quando se compara na sua evolução geral a história do Conhecimento Geográfico dos dois mundos, o Velho e o Nôvo, com surprêsa verificamos que o descobrimento das linhas gerais da rêde fluvial da América, último dos continentes a ser revelado, foi também o mais rápido. Na Ásia, percorrida desde o século XIII pelos europeus, ainda no século de seiscentos alguns exploradores portuguêses, como os jesuítas Bento de Góis e Antônio de Andrade, descobriram respectivamente os planaltos da Ásia e as nascentes do Ganges. Na África, só nos fins do século XVIII, Bruce fixava as linhas gerais do curso do Nilo; e em pleno século XIX, Livingstone e Stanley descobriram o Alto Congo e a região dos Grandes Lagos, e Serpa Pinto, Capelo e Ivens, as vastas regiões da África Central, compreendidas entre o Cunene e o Zambeze.

"Ao invés — continua Cortesão: — na América do Sul, as duas grandes artérias do Amazonas e do Prata eram desvendadas nos seus mais grossos lineamentos, na primeira metade do próprio século de Quinhentos, ou seja o primeiro de sua história; e em pouco mais de um século, entre 1613 e 1742 ficavam estabelecidas as comunicações entre os grandes afluentes das bacias platina e amazônica que vieram a servir de limites ocidentais do Brasil."

Cortesão explica a rápida ocupação do território brasileiro pela conjugação de dois fatos: primeiro, "pelo riquíssimo e singular sistema de circulação e conecções fluviais que caracterizam o território brasileiro." E segundo pelo que êle, Cortesão, chamou de "mito da Ilha Brasil", mito geográfico que inspirou a "marcha para o oeste" do hemisfério sul do continente americano.

Desde o primeiro quartel do século XVI que os portuguêses começaram a delinear nos mapas uma entidade geográfica brasileira, compreendida entre o delta amazônico e o estuário platino, que escedia largamente os limites fixados pelo meridiano de Tordesilhas. O primeiro dêstes documentos é o mapa do Brasil, fôlha de um Atlas de Lopo Homem,

em 1519. Ali se vê o Brasil como uma vasta unidade geográfica e humana compreendida entre as bacias fluviais daqueles dois grandes rios, ao norte de um dos quais e ao sul do outro, se vêem duas bandeiras reivindicando à soberania portuguêsa o imenso território intercalado.

Nas cartas de 1525 e 1527, de Diogo Ribeiro, já o Amazonas e o Prata se dirigem ao encontro um do outro pelas suas nascentes que convergem, esboçando uma grande ilha, limitada a leste pelo Atlântico e a oeste pelas duas bacias, que fariam junção num grande lago interior que seria a nascente de ambas.

O mito da ilha-Brasil toma vulto no livro "Voyages Aventureux", obra escrita em francês pelo português João Afonso, em 1528, e publicado em 1543. Êste navegador e cosmógrafo registra esta intuição geográfica que lhe fôra transmitida por certo, em suas viágens ao Brasil, pelos primeiros colonos. Acrescentava João Afonso que esta ilha-Brasil já teria sido totalmente circunavegada.

Em tôdas as cartas dos séculos XVI e XVII figuram de um lado o Prata, e do outro o Amazonas (Maranhão) ou algum de seus afluentes (Tocantins, Tapajós e Madeira), unidos por um lago à beira do qual ou em cujas ilhas interiores, abundariam o ouro e a prata.

Esta "lagoa Grande" (como a denominou Gabriel Soares de Souza), ou "lago Durado" (segundo Simão Estácio da Silveira), ou ainda "lagoa Paraupaba" (segundo o jesuíta Antônio de Araújo) deve ter chegado ao conhecimento do colono português através de lendas indígenas.

Todo um movimento de ocupação do território brasileiro se inicia tendo por base êste mito geográfico. Ao mito da ilha-Brasil corresponde uma necessidade de ação. E a esta um estímulo de grandes empreendimentos. E ao mito geográfico segue-se logo o conceito de um estado perfeitamente delimitado. Desde a sua origem, a ilha-Brasil é uma criação política.

É o português, antecipando-se ao conhecimento científico do "mito geográfico" e à realização prática do "mito político" (aquêle de origem tupi e êste decorrente do sentido político do português), fundo ambos. E desta feliz fusão entre as duas culturas, surge a Bandeira.

Rapôso Tavares é uma excessão portuguêsa, tanto no seu arrojado aventureirismo quanto na sua ferocidade.

Era natural de Beja, freguesia de São Miguel, no Alentejo, região metropolitana de dominantes mais norte-africanas do que européias, onde Nuno Álvares recrutara a maior parte de sua aguerrida hoste vencedora em Atoleiros, Aljubarrota e Valverde.

Jaime Cortesão atenta para êste fato: "Observemos em contrapartida, que nenhuma outra província portuguêsa como o Alentejo, e nenhuma outra cidade como Beja, posta a meio da charneca imensa entre a raia e o mar, dominando vastos e solenes horizontes, reunia tantas condições para ser o bêrço de um grande chefe de Bandeiras, plenamente integrado no ambiente de S. Paulo, durante o segundo quartel do século de Seiscentos. O alentejano, que possui por estilo de vida — maltês, arrieiro e pastor — e por cultura herdada, as grandes capacidades dos nômades, resistência de andarilho, sentidos agudíssimos e poder excepcional de orientação, é, além disso, extremamente cioso da sua dignidade de homem. "É, escreveu Raul Proença falando dos alentejanos, uma raça independente, altiva, que fala com os superiores como de homem para homem, sempre de cabeça coberta, e não conhece as humilhações e subserviências dos outros camponeses do país." (Jaime Cortesão — "Rapôso Tavares e a Formação Territorial do Brasil.")

Affonso de Taunay em sua "História das Bandeiras Paulistas" declara: "Seria néscia infantilidade pretender ocultar que o bandeirantismo se incorpora no panorama de violência que caracterizou o apossamento da América pelos europeus".

Mas disto não se deve inferir o êrro de estabelecer paralelos entre Cortez ou Pizarro e Rapôso Tavares, embora os métodos daqueles possam parecer ao estudioso superficial semelhantes aos dêste. Suas dominantes Alentejanas foram como uma ponte que ligou a sua origem européia à sua adaptação ao Brasil. Bastaria o temperamento quase ameríndio que revelou êste bandeirante para cavar entre êle e os "Conquistadores" um

abismo. Enquanto Cortez e Pizarro arrazaram de forma sistemática e impiedosa as elevadas culturas mexicanas e peruanas para sôbre suas cinzas erigir uma civilização orgulhosa de suas raízes egoìsticamente européias, Rapôso Tavares é quase filho dêste mundo no qual tão bem se integrou e cujos vestígios os "Conquistadores" se esforçaram por apagar.

Como a era das Bandeiras, surge no Brasil um período tìpicamente aventureiro. Seu método de conquista é tão dissociado daquilo que até então Portugal praticava, que levou Georg Friederici a afirmar que "o espírito empreendedor, o arrôjo e a energia dêsses dsbravadores das selvas revelaram o elemento indígena no seu sangue mestiço. Eram qualidades do índio, não do português."

Colocou mal o problema o historiador alemão. O "espírito empreendedor, o arrôjo e a energia", sempre foram qualidades portuguêsas. As características novas de que se revestiam as Bandeiras, estas sim qualidades típicas do índio sobrevividas no mestiço, são a auto-suficiência. a capacidade de extrair do meio circundante a sua sobrevivência, o nomadismo, a adaptabilidade à terra hóstil, qualidades que sòmente a miscigenação permitiu ao português incorporá-las a seus costumes. (*)

Friederici acertou ao perceber no Bandeirismo a influência do índio no sangue já mestiçado do português, mas errou ao avaliar em que novas características se fazia sentir essa influência.

Mas êste êrro de observação não impede Friederici — aliás um dos mais violentos detratores da colonização portuguêsa — de considerar a miscigenação como causa do sucesso do expansionismo luso.

(*) Da mesma forma não conseguimos apurar em que se baseou Oliveira Viana para, referindo-se aos bandeirantes, afirmar que, "como brancos puros (sic) o temperamento aventureiro e nômade que os impele para os sertões à casa do ouro ou de índios não lhes pode vir senão de uma ancestralidade germânica: só a presença nas suas veias de glóbulos de sangue dos dólicos-louros pode explicar a sua combatividade, o seu nomadismo, essa mobilidade incoercível que os faz irradiarem-se por todo o Brasil, de norte e do sul, em menos de um século". (Evolução do Povo Brasileiro).

Reconhece Friederici que "o caldeamento com sangue indígena e negro influiu essencialmente no aclimamento da camada de população branca vindo de Portugal, a qual, graças à mestiçagem, se tornou capaz de dominar a terra tropical do Brasil. Os mamelucos, descendentes de pais portuguêses e mães indígenas, que por sua vez se mestiçaram muito com índios e também com negros, tornaram-se as sentinelas avançadas da raça branca na luta contra a selva brasileira. Não se adaptando a qualquer forma de vida calma e sedentária, nem se fixando ao solo, não servindo para os trabalhos da lavoura, indústria ou mineração, seu elemento ideal era a vida agitada de caçador e explorador dos sertões. Homens de rara coragem, arrojados, indomáveis, sagazes, resistentes e enérgicos, palmilharam em todos os sentidos os extensos sertões da América do Sul e descobriram o vasto interior do Brasil."

E continua Georg Friederici:

"Os portuguêses, deixandos as espôsas em casa, ao partirem para a Ásia, naturalmente logo entravam em relações mais íntimas com as mulheres da terra, pelas quais eram recebidos com grande solicitude, não encontrando mesmo resistência por parte dos seus superiores, uma vez que se tratasse de môças e mulheres prèviamente batizadas. Poucos eram os preconceitos raciais dos portuguêses: davam mais importância à diferenca de religião de que à de raça, e não tardou que se realizassem enlaces legalizados entre navegantes lusos e mulheres árabes e hindus. Albuquerque, que objetivava estabelecer um grande império colonial português... patrocinava, o mais possível, uniões entre as raças diferentes, conseguindo assim, uma população índico-portuguêsa fixada ao solo. Defendia, constantemente, matrimônio entre seus homens e filhas da terra conquistada. (Georg Friederici: "Caráter da Descoberta e Conquista da América pelos Europeus")

Friederici não pode ser acusado de benigno em relação à colonização portuguêsa ;pelo contrário, se esforça a todo momento em enfatizar apenas os aspectos que lhe parecem negativos. Apesar de sua manifesta hostilidade a Portugal, não consegue o historiador alemão fu-

gir a êste testemunho, portanto insuspeito de qualquer favorecimento, no qual assinala a extraordinária importância que Portugal concedia ao lado missionário de sua presença no mundo cristão.

A política de miscigenação seria levada a efeito na América pelos portuguêses com igual vigor. Gilberto Freyre, em "Casa Grande e Senzala", não deixou escapar esta evidência:

"O Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores, da unidade ou pureza de raça. Durante quase todo o século XVI a colônia estêve escancarada a estrangeiros, só importando às autoridades coloniais que fôssem de fé ou religião Católica. Handelmann notou que para ser admitido como colono do Brasil no século XVI, a principal exigência era professar a religião cristão: "sòmente cristões" — e em Portugal isso queria dizer Católicos — "podiam adquirir sesmarias." Ainda não se opunha todavia", continua o historiador alemão (Handelmann), "restrição alguma no que diz respeito à nacionalidade: assim é que Católicos estrangeiros podiam emigrar para o Brasil e aí estabelecer-se. (...) Oliveira Lima salienta que no século XVI Portugal tolerava em suas possessões muitos estrangeiros, não sendo a política portuguêsa de colonização e povoamento a de "rigoroso exclusivismo posteriormente adotado pela Espanha."

E conclui Gilberto Freyre:

"O perigo não estava no estrangeiro, nem no indivíduo disgênico ou cacogênico, mas no herege." E mais adiante: "Temia-se no adventício o inimigo político capaz de quebrar ou de enfraquecer aquela solidariedade que em Portugal se desenvolvera junto com a religião Católica. Essa solidariedade manteve-se entre nós esplêndidamente através de tôda a nossa formação colonial reunindo-nos contra os calvinistas francêses, contra os reformados holandêses, contra os protestantes inglêses. Daí ser tão difícil. na verdade, separar o brasileiro do Católico: o Catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade."

Ainda é Friederici que declara:

"Como já foi observado na parte relativa à Índia, o govêrno português recomendava, favorecia e estimulava uniões entre portuguêses e mulheres indígena. No Brasil, sobretudo os jesuítas trabalhavam eficazmente neste sentido; a Corêa o fazia até o século XVIII, principalmente por meio da legislação de Pombal, na intenção de criar braços para o trabalho da Colônia, sem enfraquecer a Pátria, de escassa população com a imigração intensiva." E mais adiante, observa Friederici: "Os portuguêses, não sendo êles mesmos de raça pura, nem tendo orgulho racial, não opunham dificuldades nem tinham aversão a relações com índias, através do casamento ou do convívio marital com aparências de casamento. Quanto a filhos naturais, absolutamente não tinham concepções mesquinhas ou severas. Nas antigas crônicas portuguêsas daquele tempo, mencionam-se freqüentemente filhos naturais de ambos os sexos, cuja condição absolutamente não lhes constituía obstáculo. Tomé de Souza, primeiro governador-geral, foi bastardo. No tempo de Mem de Sá, um filho do arcebispo de Lisboa foi capitão-mor de uma capitania."

E para deixar bem patente a total ausência de preconceitos raciais ou sociais dos portuguêses com relação aos povos unidos sob sua coroa, basta complementar a exposição de Friederici com o seguinte e surpreendente fato histórico, único na época: o negro Henrique, príncipe congolês filho do rei Afonso I (nome cristão de Nzinga Mbemba) é enviado a Roma em 1513 ordenando-se sacerdote, será, a pedido do rei D. Manoel de Portugal, sagrado bispo de Útica em 1521.

E quando isto não fôsse, é o próprio Real Decreto de 4 de abril de 1775 que declara expressamente: "meus vassalos do reino e da América, que se casarem com índias dêsse país, não sofrerão a mínima desonra; serão, pelo contrário, dignos de minha real consideração e preferidos nos países onde se estabelecerem, para os cargos e atividades condizentes com o nível de sua pessoa, e seus filhos e descendentes serão capazes e idôneos para todo e qualquer emprêgo, cargo honorífico, e dignidade sem que para isso haja mister de consentimentos especiais."

Esta política de miscigenação, levada a efeito durante séculos com perseverança, permitiu que diversos "Portugais" fôssem criados por onde o português

passou. E no caso brasileiro, onde a miscifenação se fêz sentir com igual vigor, pôde Portugal, no dizer de Jaime Cortesão, "realizar livremente as núpcias das duas raças. História e pré-história fundiram-se e tinham que se fundir. Mas fundiram-se por mútua aceitação."

E o nôvo sangue ameríndio injetado nas veias portuguêsas produziu o Bandeirante, instinto, impulso e cultura aborígene de nômades, dirigidos e revigorados pela constância, a técnica, a obstinação, a disciplina e o sentido português, criando, no dizer de Vianna Moog "A PRIMEIRA GRANDE EXPERIÊNCIA EFETIVA REALIZADA, NO OCIDENTE, DA COEXISTÊNCIA FRATERNA, CORDIAL E CRISTÃ DE TÔDAS AS RAÇAS."

A ocupação do ultramar recém-descoberto — à excessão do Brasil — se fêz dentro de um clima de igual fraternidade, sem porém, como ocorreu aqui, que no seu conjunto despontasse aqui e ali figuras da grandeza ciclópica de um Aleixo Garcia, de um Rapôso Tavares, de um Fernão Dias, de um Borba Gato, de um Anhaguera.

Um exemplo típico pode ser encontrado em 1483, quando Portugal atingiu a foz do rio Congo, lá entrando em contacto com uma civilização bastante desenvolvida, o então reino do Manicongo. Seu chefe, Nzinga-a-Cuum, demonstrou interêsse em aceitar a civilização ocidental. Seu sucessor. Mbemba-a-Nzinga, que reinou de 1506 a 1543, não só converteu-se ao cristianismo, adotando o nome de D. Afonso I, mas impôs a nova fé aos seus súditos.

Portugal enviava periòdicamente missões culturais ao Congo, muitas delas compostas de mulheres portuguêsas que ensinariam hábitos domésticos ocidentais. Uma destas embaixadas chegou a ser integrada por dois pintores alemães, especialmente contratados como professôres.

Afonso I tornou-se um ardente propagandista da fé cristã. Lendo e escrevendo correntemente o português, organizou a sua côrte modelando-a pela da Metrópole, substituindo os antigos dignatários por duques e marquêses vestidos à portuguêsa, e impondo-lhe a etiquêta e os costumes metropolitanos. Muitos jovens nobres congolêses foram complementar sua educação em Lisboa.

Afonso I fêz construir numerosas igrejas a tal ponto que sua capital, rebatizada São Salvador, ficaria conhecida como "Ekongo dia Ngungue", a cidade-dos-campanários.

Tal processo de colonização, que constantemente aparece no expansionismo português, poderia ter ocorrido na América se Portugal tivesse entrado em contacto com as civilizações mexicanas, guatemaltecas ou peruanas. Mas no Brasil, as nações indígenas não possuíam índice cultural que permitisse um intercâmbio de modo tão elevado.

Apesar disto, o século XVIII nos apresenta um curioso fato ocorrido em Goiás:

Em 1780, no govêrno de Luiz da Cunha Meneses, partiu de Mossamedes (aldeia goianense fundada em 1774) uma bandeira com cinqüenta portuguêses e três índios, sob o comando do cabo José Luís Pereira, para tentar uma aproximação com os temíveis caiapós.

Os caiapós, nação indígena que hoje se localiza nos limites paraenses com o território goiano, no século XVIII se achavam nas bacias dos rios Caiapó e Camapuan, nas linhas atuais de divisa entre Mato Grosso e Goiás.

Quando regressou o contingente de cabo José Luís Pereira, trouxe 35 índios e o cacique Romexi acompanhado de seus guerreiros, sendo os gentios recebidos com honrarias pelo govêrno.

As festas que foram feitas pelo acontecido, impressionaram os índios, que se sentiram satisfeitos com as honrarias que lhes concediam.

Uma velha índia componente do cortêjo veio a falecer em Goiás. Foi antes batizada com solnidade, tomando o nome cristão de Maria, e quando morreu foi sepultada dentro da igreja Matriz com honrarias concedidas aos nobres e membros do clero.

A embaixada caiapó foi recebida pelo governador Luís da Cunha Menezes, tendo então o chefe Remexi assegurado a amizade dos seus indígenas. Dali seguiram solene Te Deum em ação de graças pelo estabelecimento de relações pacíficas e cordiais entre o govêrno de Goiás e os caiapós.

A visita durou um mês, e da velha capital partiram êles de volta para Mossamedes, e de lá retornaram às suas aldeias.

Uma segunda visita coletiva foi realizada pelos caiapós em 1781 à Goiás, desta vez encabeçada pelos chefes Xaquenau e Angrahècochá, quando foram todos êles, em número de 237, considerados hóspedes oficiais durante um mês. Em 13 de julho dêste mesmo ano, mais de uma centena dêles era batizada na Matriz de Goiás, recebendo nomes cristãos, sendo padrinhos o governador e principais figuras locais da época, e madrinhas as suas mulheres.

Todos êstes fatos adquirem especial realce quando se sabe que, à mesma época (1780) eclodia no Peru a primeira manifestação de independência na América Espanhola, chefiada pelo índio Tupac-Amaru, que pelo fato de ser índio, uniu contra si espanhóis e "criollos". Alexander Von Humboldt, analisando êsses fatos, observou que os espanhóis americanos, tal como os espanhóis da Europa, sentiram que a luta de raça contra raça. Embora àquela época já houvessem "criollos" sonhando com a independência em relação à Metrópole, a casta branca impenetrável ao índio se uniu na defesa contra o que sempre consideraram o inimigo comum. Desta luta saíram vencedores os brancos.

Se a ocupação portuguêsa do ultramar apresenta tão profundas diferenciações de sua vizinha e contemporânea Espanha, mais ainda se distanciam os métodos portuguêses dos das outras nações européias que séculos depois lhes seguiriam os passos.

É com a Revolução Industrial que a África começa a aparecer aos olhos da Europa como fonte de matérias primas e mercado em potencial para as indústrias que nascem. Neste conflito entre a Europa em expansão de um lado e a África e o Portugal africano de outro, Portugal conta com muita coisa a seu favor: história, missionação, tradição, etc. Mas Portugal, diante das potências européias é um país fraco. Aliás, sempre foi fraco. Não se pode dizer que tenha sido forte nem mesmo na época em que incorporou ao seu território o grande império de Quinhentos.

Sòmente em Africa, os territórios de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe representam uma área de vinte e três vêzes mais extensa do que o Portugal europeu.

Á época dos descobrimentos, a população metropolitana foi calculada em um milhão cento e vinte e cinco mil habitantes.

Ora, com tão reduzido número de habitantes, não podia o país absolutamente dominar o Brasil, a Índia e a África pela fôrça das armas.

É absurdo o raciocínio que pretende concluir que a integração do ultramar no complexo nacional português foi realizada graças a seu poderio militar. Tal poderio, em época alguma de sua existência, Portugal dispõe em proporção com a extensão dos seus territórios e o número das populações.

E esta "dispersão excessiva", aliada à ocupação européia e a várias outras vicissitudes históricas de ordem interna e externa, precipita o declínio do grande Império de Quinhentos, FRUTO DESTA VOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE UM POVO SEMI-EUROPEU EM SUA PRÓPRIA METRÓPOLE, DE SER UNIVERSAL NA SUA TRANSCONTINENTALIDADE.

Portugal ocupa na história da Civilização uma posição singular. E PERANTE O CONTINENTE AFRICANO, SUA POSIÇÃO É COMPLETAMENTE DIFERENTE DA DE OUTROS PAÍSES PURAMENTE EUROPEUS QUE LÁ CHEGARAM QUATRO SÉCULOS DEPOIS. PODER-SE-Á DIZER QUE PORTUGAL FOI PRECURSOR DO EXPANSIONISMO EUROPEU SÒMENTE QUANTO ÀS SUAS DESCOBERTAS, APROVEITADAS PELOS DEMAIS. QUANTO ÀS DUAS CONCEPÇÕES, EXISTE ENTRE ELAS UM ABISMO.

CONTRÔLE DA INVERSÃO COM BIOCIDA EVITA PERDAS DE AÇÚCAR

G. A. TRAUTENBERG

Devido aos crescentes custos de produção, os técnicos das usinas açucareiras necessitam obter todo o açúcar recuperável possível para fazer frente às despesas e manter os lucros esperados. Mediante o uso do BIOCIDA 280, que controla a inversão provocada por bactérias, muitos têm conseguido vantagens substanciais com a recuperação de sacarose, como também economia de mão de obra e tempo despendido com as limpezas. O aumento de produção de açúcar pode aumentar o lucro líquido de NCr$ 1,38 por tonelada de cana moída. Para obter essa vantagem será necessário investir apenas NCr$ 0,08 por tonelada de cana moída!

PEQUENOS INIMIGOS QUE ORIGINAM GRANDES PROBLEMAS

Embora temperaturas altas e acidez possam causar a inversão (decomposição de sacarose em glucose e frutose), o maior problema é criado pela "invertase", que é um micro organismo produzido por uma diversidade de leveduras, mofos e bactérias. Para os usineiros o maior inimigo é o LEUCONOSTOC MESENTEROIDES, uma bactéria que vive exclusivamente de sacarose. Seu *habitat* natural são as lavouras de cana, de onde são levados às usinas juntamente com a cana.

Logo que se inicia a moagem, êstes inimigos se põem em contato com todo o equipamento: moendas, canais, tubulações, etc.. O resultado é nocivo em três formas: decomposição da sacarose para transformá-la em dextrose e frutose, das quais a bactéria vive; produção de dextrinas gomosas, um subproduto de seu metabolismo que causa obstrução dos filtros e encanamentos e, juntamente com outras bactérias, mofos, fibras e impurezas, formação de uma goma que só se consegue extrair empregando-se custosa mão de obra, com perda de produção.

O TRATAMENTO COM BIOCIDA 280 CONTROLA O DESENVOLVIMENTO BACTERIANO

Para impedir a multiplicação das bactérias devoradoras de açúcar, o biocida é adicionado ao caldo extraído da cana. A efetividade dêste tratamento poderá ser comprovada ao se determinar a contagem bacteriana de um caldo de cana sem êsse tratamento.

Uma série de experiências de laboratório realizadas em usinas açucareiras das regiões canavieiras dos EE.UU., demonstraram como podem ser reduzidas as bactérias no caldo de cana, com o uso de BIOCIDA 280. Os técnicos da DREW CHEMICAL CORP. isolaram as bactérias mais comuns que formam a goma (gosma) do caldo de cana e prepararam culturas especiais das mesmas.

Para êstes ensaios foram selecionadas as bactérias Alcaligenes sp, Aerobacter aerogenes, Bacillus mycoides e Leuconostoc mesenteroides. Tôdas elas, menos o Leuconostoc mesenteroides foram reunidas e inoculadas em meios de cultura Difco-Triptona - glucose - agar.

Para as culturas de Leuconostoc mesenteroides foi escolhido meio DREW, que consiste em 10% de sacarose, 0,5% de peptona, 1,5% de agar e água destilada. Êsse meio favorece o rápido crescimento de grandes colonias de Leuconostoc com límpidas mucosas e inibe também o desenvolvimento de outras bactérias, de maneira que elas formem apenas pequenas colônias do tamanho de ponta de alfinête.

Em uma usina de açúcar (1) foram tomadas amostras de caldo de cana diluído e que se destinavam aos alcalinizadores. As amostras foram esterilizadas em autoclave a 15 lb/pol2., durante 15 minutos. Foram, a seguir, inoculadas com as bactérias. Cinco amostras foram reservadas para servir de testemunha e as demais foram tratadas com 5, 10, 15, 20 e 30 ppm de DREW BIOCIDA 280. Tôdas as amostras foram incubadas à temperatura ambiente (25ºC) porque essa é a temperatura normal em que é trabalhado o caldo de cana nas usinas açucareiras.

Foram feitas contagens das placas após uma, duas, três, quatro e cinco horas. Foram selecionados êsses períodos de tempo porque o caldo de cana está sujeito à ação de inversão da sacarose normalmente durante uma a duas horas e, raramente, por mais de cinco horas. Isso desde o momento de sua extração e até que êle, diluído, seja aquecido, clarificado e fervido. A quantidade de DREW BIOCIDA 280 foi exatamente a mesma que se adiciona nas aplicações normais nas usinas açucareiras.

Os resultados dessas experiências encontram-se na Tabela I. Na amostra sem tratamento (testemunhas) havia grande concentração de micro-organismos produtores de inversão e formadores de goma. Mesmo na amostra com apenas 5 ppm de DREW BIOCIDA 280, houve substancial redução das bactérias indesejáveis. Depois de cinco horas, a concentração de Leuconostoc foi menor que a concentração apurada na amostra tomada para testemunha. A partir das amostras com dosagem de 10 ppm, e mais, houve um contrôle significativo no desenvolvimento bacteriano. E a concentração de micro-organismos nas amostras diminui radicalmente nas concentrações mais altas.

TABELA I

EFEITO DO DREW BIOCIDA 280 SÔBRE O DESENVOLVIMENTO BACTERIANO (contagem)

Drew Biocida 280 – ppm	*Tempo de contato*	*Alcaligenes*	*A. Aerogenes*	*B. Mycoides*	*Leuconostoc*
Sem tratam.	1 h.	10.000.000	5.000.000	10.000.000	5.000.000
" "	2 hs.	9.400.000	7.988.000	8.420.000	10 999.000
" "	3 hs.	12.730.000	15.989.000	10.090.000	19.090.000
" "	4 hs.	15.051.000	33.600.000	11.055.000	30.908.000
" "	5 hs.	21.730.000	30.000.000	11.500.000	37.090.000
5 ppm	1 h.	4.870.000	4.900.000	2.120 000	75.000
"	2 hs.	2.100.000	3.850.000	2.250.000	70.000
"	3 hs.	50.000	2.000.000	3.000.000	1.450.000
"	4 hs.	50.000	2.100.000	1.500.000	1.400.000
"	5 hs.	80.000	2.500.000	2.920.000	2.349.000
10 ppm	1 h.	3.150.000	2.100.000	190.000	25.000
"	2 hs.	970.000	1.433.000	3.000	12.000
"	3 hs.	10.000	12.000	<100	<100
"	4 hs.	<100	1.000	<100	<100
"	5 hs.	<100	<100	<100	<100

Drew Biocida 280 – ppm	*Tempo de contato*	*Alcaligenes*	*A. Aerogenes*	*B. Mycoides*	*Leuconostoc*
15 ppm	1 h.	2.900.000	1.200.000	140.000	15.000
”	2 hs.	943.000	1.000.000	3.000	10.000
”	3 hs.	7.000	10.000	<100	<100
”	4 hs.	<100	<100	<100	<100
”	5 hs.	<100	<100	<100	<100
20 ppm	1 h.	2.450.000	790.000	100.000	6.500
”	2 hs.	589.000	60.000	1.500	6.000
”	3 hs.	4.000	20.000	<100	<100
”	4 hs.	<100	<100	<100	<100
”	5 hs.	<100	<100	<100	<100
30 ppm	1 h.	2.123.000	750.000	100.000	5.000
”	2 hs.	437.000	60.000	1.000	500
”	3 hs.	3.000	1.000	<100	<100
”	4 hs.	<100	<100	<100	<100
”	5 hs.	<100	<100	<100	<100

TABELA II

% DE REDUÇÃO DO CONTEÚDO BACTERIANO

Ppm de Biocida	*Conteúdo Bacteriano*	*% de Redução* (sob ação de *Drew Biocida 280)*
25	1.500	73
20	1.600	71
15	1.700	69
10	2.200	60
25	1.250	78
20	1.600	71
15	1.800	67
10	2.100	62

EXPERIÊNCIAS SÔBRE A DENSIDADE BACTERIANA

Considerando-se que o LEUCONOSTOC é o principal agressor, uma rigorosa experiência foi realizada em uma usina de açúcar, para testar a efetividade do BIOCIDA 280. Foi analisada uma amostra de caldo que se destinava aos alcalinizadores e foi constatado que possuia 12.324.000 A. aerogenes por ml. e 5.089.000 Leuconostoc por ml. Foram adicionadas ao caldo de cana várias concentrações de BIOCIDA 280: 10, 15, 20 e 25 ppm. O caldo e o BIOCIDA 280 foram agitados durante 24 horas, e a seguir, efetuadas contagens das placas usando-se o teste de Densidade Relativa de População, do Dr. A. M. Stern. Na prática, o tempo máximo em que a bactéria pode multiplicar-se no caldo de cana é aproximadamente de cinco horas. Depois dêsse tempo, geralmente, êle é aquecido. O período de contato por 24 horas é, por conseguinte, muito maior do que é possível — na prática — ao caldo de cana estar em contato com micro-organismos vivos. Os resultados destas provas estão na Tabela II. Com o BIOCIDA 280 obtiveram-se reduções de até 80% na densidade de população bacteriana.

EFEITO DO BIOCIDA SÔBRE A INVERSÃO

A Tabela II demonstra como diminue a inversão com o uso de BIOCIDA

280. Por meio do método volumétrico de Lane-Eynon foi determinada a quantidade de glucose no caldo de cana logo após a moagem, a mistura e a clarificação, e durante um período de seis dias sem usar bactericida e também por cinco dias com o uso de BIOCIDA 280, a 10 ppm. Sem o biocida houve um aumento médio de 1,558 gramas de açúcar invertido para cada 100 gramas de sólidos no caldo crú e uma média de 2,069 gramas de aumento no caldo clarificado. Utilizando-se 10 ppm de BIOCIDA 280, houve sòmente 0,302 gramas de aumento de açúcar invertido no caldo clarificado, para cada 100 gramas de sólidos.

AÇÚCAR RECUPERADO

A diminuição da inversão pode ser fàcilmente expressa no seu equivalente em sacarose e, o aumento de sacarose significa produto adicional para venda e lògicamente mais lucros para os usineiros. Em avaliação feita por um produtor e transcrita na Tabela III, as 1,767 gramas de açúcar possíveis de inversão, para cada 100 gramas de sólidos do caldo, não foram invertidas por ter sido usado BIOCIDA 280. Isto equivale a 1,767 x 0,95, ou seja 1,68 gramas de sacarose adicional. Com um grau Brix médio de 17,61 durante o período de teste, havia 572 gramas de caldo com 1,68 gramas de sacarose. Considerando-se que temos 1,68 gramas de sacarose para cada 572 gramas de caldo, as gramas adicionais de sacarose recuperável com o emprêgo de BIOCIDA 280, para cada 1.000 gramas de caldo, será:

$$\frac{1,68 \times 1.000}{572} \text{ ou } 2,93 \text{ gramas.}$$

Isto equivale a 2,93 quilos por tonelada de cana.

Em têrmos de açúcar comercial, o aumento será:

$$\frac{2,93 \times 100}{96}$$

que equivale a 3,05 quilos por tonelada métrica de cana moída. Tendo o açúcar um preço internacional de 13,2 centavos de dólar por Kg., o aumento de sacarose produzida será de US$ 0,40.3 (NCr$ 1,61.2) por tonelada de cana moída. Se o custo de BIOCIDA 280 é US$ 0,02 (NCr$ 0,08) por tonelada de cana moída, o valor de açúcar recuperável irá a US$ 0,38.3 (NCr$ 1,53.2) por tonelada de cana moída, ou seja US$ 2.076,00 (NCr$ 8.304,00) em cada 24 horas, para um usina que moe 6.000 toneladas por dia. Ou, se ainda quisermos, uma economia — via aumento de produtividade — de NCr$ 1,38.4 por tonelada de cana moída.

APLICAÇÃO DO BIOCIDA

O BIOCIDA 280 é um líquido que se aplica diretamente ao caldo de cana, logo após a moenda. Dessa forma, o caldo de cana assim tratado circula por todo equipamento. O melhor lugar para aplicar o BIOCIDA 280 é no caldo que volta para ser misturado com o caldo da primeira moenda. Não resta dúvida que o local apropriado variará de usina para usina, de acôrdo com a planta da moenda. Muitas usinas dividem a dosagem a ser aplicada entre o caldo de cana da última e o da primeira moenda. Poderão ser usadas bombas dosadoras para cada ponto escolhido.

TABELA IV

DOSAGEM DE APLICAÇÃO DE DREW BIOCIDA 280

Cana moída Tons/dia	*ml Biocida 280/ minuto*	
	10 ppm	*20 ppm*
1.000	5,7	11,4
2.000	11,4	22,8
3.000	17,1	34,2
4.000	22,8	45,6
5.000	28,5	57,0
6.000	34,2	68,4
7.000	39,9	79,8
8.000	45,6	91,2
9.000	51,3	102,6
10.000	57,0	114,0

A Tabela IV mostra as dosagens sugeridas. A aplicação deve ser contínua. A dosagem normal é de 10 ppm. As

canas muito estragadas por frio, temporada ruim, atrasos no corte e atrasos na moagem poderão necessitar até 20 ppm.

ADEQUADA MANUTENÇÃO NAS USINAS AJUDA A CONTROLAR A GOSMA E A INVERSÃO

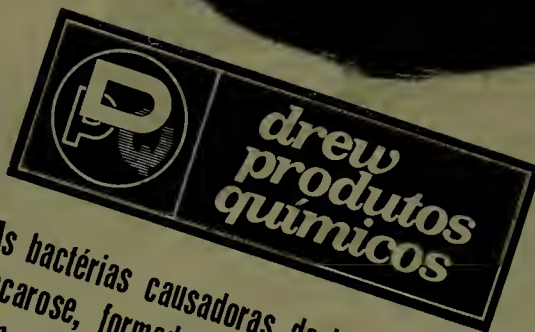
As moendas devem ser limpas uma vez por turno (8 hs.), incluindo-se a limpeza com jato dágua dos moinhos, telas, peneiras e transportadores de bagaço. Vapor e água quente têm excelente efeito no contrôle microbiológico. O BIOCIDA 280 deve ser usado também conjuntamente com uma limpeza regular. Além de reduzir as perdas de sacarose e a formação de gosma, o BIOCIDA 280 reduz a mão de obra necessária na limpeza do equipamento e elimina os odores azedos provenientes de fermentações.

Experiências de laboratório e na prática indicam que o BIOCIDA 280 não corroe o equipamento. Permanece ativo em presença de pagaço e na matéria orgânica do caldo, ainda que abaixo de 20 ppm. Não deixa resíduos nem no açúcar e nem no melaço final. DREW BIOCIDA 280 é uma mistura sinergética de compostos de enxôfre orgânico com agentes solubilizantes e dispersantes que permitem a mistura com água em qualquer proporção. Seu uso foi aceito e permitido pelo Departamento de Administração sôbre Drogas e Alimentos dos Estados Unidos (U.S. Food and Drug Administration).

(*G. A. Trautenberg*
Gerente de produtos, Setor Biocidas da Divisão de "Process Chemicals", da Drew Chemical Corporation de Nova York, U.S.A.)

MATADOR!

BIOCIDA 280
É DREW
EXTERMINA
FUNGOS
ALGAS E
BACTÉRIAS

drew
produtos
químicos

As bactérias causadoras da inversão da sacarose, formadora de gosmas, provocam perda de rendimento, entupimento, paradas freqüentes e alto custo de manutenção. Isso dá a você, tôda a razão de queixar-se delas. Entretanto, a DREW tem mais do que simples queixas contra bactérias. Tem BIOCIDA 280. Específico para as usinas de açúcar. Por que não o experimenta em sua indústria?

DREW - uma organização de químicos e engenheiros

Rua 7 de abril, 282 - 9.° and. - fone: 37-4116 - São Paulo
Rua Rodrigo Silva, 18 - fone: 32-6272 - Rio de Janeiro

+ Toneladas por viagem.

seu caminhão puxará o
DÔBRO DE CANA

com a nova
CARRÊTA PONTAL

DOTADA DE
FRÊIO A AR
OU
HIDRO VÁCUO

CHEVROLET - DODGE - FORD - FNM - GMC - MERCEDES - CHEVROLET - DODGE - FORD - FNM - GMC - MERCEDES - CHEVROLET - DC
CHEVROLET - DODGE - FORD - FNM - GMC - MERCEDES - CHEVROLET - DODGE - FORD - FNM - GMC - MERCEDES - CHEVROLET - DODGE - FORD - F
DGE - FORD - FNM - GMC - MERCEDES - CHEVROLET - DODGE - FORD - FNM - GMC - MERCEDES - CHEVROLET - DODGE - FORD - F

DELEGACIAS REGIONAIS DO I. A. A.

RIO GRANDE DO NORTE:
Rua Frei Miguelinho, 2 — 1º andar — Natal

PARAÍBA:
Praça Antenor Navarro, 36/50 — 2º andar — João Pessoa

PERNAMBUCO:
Avenida Dantas Barreto, 324 — 8º andar — Recife

SERGIPE:
Pr. General Valadão — Galeria Hotel Palace — Aracaju

ALAGOAS:
Rua do Comércio, ns. 115/121 - 8º e 9º andares — Edifício do Banco da Produção — Maceió

BAHIA:
Av. Estados Unidos, 340 - 10º andar - Ed. Cidade de Salvador — Salvador

MINAS GERAIS:
Av. Afonso Pena, 726 — 21.º andar — Caixa Postal 16 — Belo Horizonte

ESTADO DO RIO:
Praça São Salvador, 64 — Caixa Postal 119 — Campos

SÃO PAULO:
R. Formosa, 367 - 21º — São Paulo

PARANÁ:
Rua Voluntários da Pátria, 475 — 20º andar — C. Postal, 1344 — Curitiba

DESTILARIAS DO I. A. A.

PERNAMBUCO:
Central Presidente Vargas — Caixa Postal 97 — Recife

ALAGOAS:
Central de Alagoas — Caixa Postal 35 — Maceió

BAHIA:
Central Santo Amaro — Caixa Postal 7 — Santo Amaro

MINAS GERAIS:
Central Leonardo Truda — Caixa Postal 60 — Ponte Nova

ESTADO DO RIO:
Central do Estado do Rio — Caixa Postal 102 — Campos

SÃO PAULO:
Central Ubirama — Lençóis Paulista

RIO GRANDE DO SUL:
Desidratadora de Ozório — Caixa Postal 20 — Ozório

MUSEU DO AÇÚCAR

Av. 17 de Agôsto, 2.223 — RECIFE — PE

Composto e impresso pela Sociedade Gráfica Vida Doméstica Ltda. - Frei Caneca [illegible] Rio

NESTE NÚMERO: